

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

LUIZA GIORDANI DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA MÃE FILICIDA NAS NARRATIVAS DO G1 RS:
ANÁLISE DAS MORTES DE RAFAEL WINQUES (2020) E DE MIGUEL
DOS SANTOS RODRIGUES (2021)**

PORTO ALEGRE
2022

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LUISA GIORDANI DE OLIVEIRA

A CONSTRUÇÃO DA MÃE FILICIDA NAS NARRATIVAS DO G1 RS:
ANÁLISE DAS MORTES DE RAFAEL WINQUES (2020) E DE MIGUEL
DOS SANTOS RODRIGUES (2021)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em
Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design
da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa.Dra. Ivone Maria Cassol

Porto Alegre
2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família, aqueles que tornaram todo esse processo possível. Sem o suporte financeiro e emocional nada disso teria se concretizado. Obrigada por aceitarem financiar o meu sonho de ser jornalista. Gostaria de prestar um agradecimento especial à minha mãe, pois ao longo do desenvolvimento deste trabalho (que aborda, dentre outros tantos assuntos, a maternidade) encontrei novos significados para a nossa relação e da relevância dela em minha vida. Sou grata e orgulhosa por ter crescido tendo como referência uma mulher revolucionária, a frente do seu tempo, corajosa e destemida, obrigada por ser você do jeito que você é. Agradeço igualmente ao meu companheiro de vida, Igor, por todo o apoio, suporte e endosso que me deu ao longo desse processo. Sou imensamente grata por ter você ao meu lado e por dividir mais essa vitória contigo.

À PUCRS sou imensamente grata por ter me possibilitado entrar em contato com o conhecimento de tantos profissionais incríveis, e, especialmente, por ter me oportunizado dividir esse trabalho com a professora Ivone Cassol, novamente uma mulher revolucionária e aquém do seu tempo, uma esplêndida jornalista, que compartilhou comigo importantes reflexões e insights relacionados ao conteúdo desta monografia e a vida. Obrigada, professora, pela honra de ter podido compartilhar tamanho feito contigo.

Gostaria de agradecer a uma das minhas maiores apoiadoras e companheiras da vida, Bruna Lopes, outra mulher fundamental para a consolidação da Luisa que hoje vos escreve, obrigada por existir, amiga! Agradeço igualmente aos presentes que a FAMECOS trouxe para a minha vida, Andressa Souto, minha irmã de outras vidas, Fernanda Nudelmann, Gabriela Felin, Isadora Maia, Eduardo Polidori, João Vargas, entre tantos colegas e amigos que marcaram profundamente a minha trajetória pela graduação e pela vida.

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de graduação em jornalismo da PUCRS busca analisar como é construída a figura da mãe através de uma amostra selecionada de narrativas dos casos de filicídio de Rafael Winkes (2020) e Miguel dos Santos Rodrigues (2021), todas veiculadas pelo portal de notícias online G1 RS. Tal estudo é realizado utilizando como base a metodologia de análise das narrativas jornalísticas proposta por Motta (2008). A presente monografia também se propõe a compreender a relação entre jornalismo e conhecimento social, através dos estudos dos teóricos Alsina (2009), Eduardo Meditsch (1997 e 1992), Genro Filho (1987), Berger e Luckmann (1966) e Moscovici (2005). Igualmente, ambicionamos refletir sobre o impacto dos veículos de comunicação na construção e consolidação do espaço social destinado a figura da mulher-mãe, com o apoio bibliográfico de Friedman (2020), Wolf (2018), Badinter (1985) e Lerner (2019). Através da análise da construção da figura materna nas narrativas que noticiam casos de filicídio é perceptível o esforço das peças selecionadas de condenar essa mãe de todas as formas, mas especialmente através do julgamento moral. Proporcionando narrativas onde os papéis de gênero são reafirmados, auxiliando na perpetuação dos estereótipos opressivos associados à mulher através dessas produções jornalísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Estereótipo. Representação Social. Jornalismo e maternidade. Filicídio.

ABSTRACT

This final paper for the undergraduate journalism course at PUCRS seeks to analyze how the figure of the mother is constructed through a selected sample of narratives from the filicide cases by Rafael Winqes (2020) and Miguel dos Santos Rodrigues (2021), all conveyed by the online news portal G1 RS. This study is carried out using as a basis the methodology of analysis of journalistic narratives proposed by Motta (2008). This monograph also aims to understand the relationship between journalism and social knowledge, through the studies of theorists Alsina (2009), Eduardo Meditsch (1997 and 1992), Genro Filho (1987), Berger and Luckmann (1966) and Moscovici (2005).). Likewise, we aim to reflect on the impact of communication vehicles in the construction and consolidation of the social space destined for the figure of the woman-mother, with the bibliographic support of Friedman (2020), Wolf (2018), Badinter (1985) and Lerner (2019) . Through the analysis of the construction of the mother figure in the narratives that report cases of filicide, the effort of the selected plays to condemn this mother in all ways, but especially through moral judgment, is perceptible. Providing narratives where gender roles are reaffirmed, helping to perpetuate the oppressive stereotypes associated with women through these journalistic productions.

KEYWORDS: Stereotype. Social Representation. Journalism and motherhood. Filicide.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|-----------------------------------|----|
| Imagem 1 - Reprodução/RBS TV..... | 70 |
| Imagem 2 - Divulgação..... | 71 |
| Imagem 3 - G1/Arte..... | 73 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Descrição dos movimentos de análise Motta (2008)..... | 59 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE..... | 12 |
| 2.1 JORNALISMO E A PRODUÇÃO DE SENTIDO..... | 13 |
| 2.2 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE..... | 18 |
| 2.3 CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS..... | 24 |
| 3 A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER-MÃE..... | 30 |
| 3.1 A REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE NA MÍDIA..... | 30 |
| 3.2 OPRESSÃO FEMININA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO..... | 39 |
| 3.3 REPRESENTAÇÃO DA MÃE-MULHER NOS SÉCULOS XX e XXI..... | 44 |
| 4 CENÁRIO DA FILICIDA..... | 52 |
| 5 ANÁLISE DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS EM CASOS DE FILICÍDIO COMETIDOS PELA MÃE..... | 56 |
| 5.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE..... | 56 |
| 5.1.1 DESCRIÇÃO DOS TÓPICOS DE ANÁLISE..... | 59 |
| 5.1.2 APRESENTAÇÃO DO CORPUS DA ANÁLISE | 60 |
| 5.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS..... | 64 |
| 5.2.1 ANÁLISE DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS - CASO MIGUEL..... | 64 |
| 5.2.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS - CASO RAFAEL..... | 79 |
| 5.2.3 6º MOVIMENTO - CASO MIGUEL + CASO RAFAEL..... | 90 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 92 |
| REFERÊNCIAS..... | 96 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura analisar a construção da figura da mãe em matérias que retratam casos de filicídio - situações onde um dos pais é responsável pela morte de seu filho. A pesquisa será realizada através da análise das narrativas jornalísticas a partir amostra previamente selecionada de matérias relacionadas aos casos de filicídio dos meninos Rafael Winkes, 11 anos, morto pela mãe em 2020 em Planalto (RS), e Miguel dos Santos Rodrigues, sete anos, morto pela mãe em 2021, na cidade de Imbé (RS). Através de tal estudo buscamos compreender como as figuras maternas apresentadas nestas narrativas podem influenciar na representação da mãe perante à sociedade.

A opção por estudar casos de filicídio cometidos pela mãe ampara-se no atípico, já que o ato de matar se consolida através da doação, devoção e amor incondicional a aquele gerado. A execução do próprio filho traz uma dissonância entre o que é esperado de uma mulher-mãe, confrontando expectativas e chocando a opinião pública. Logo, promovendo uma situação de quebra de padrão.

Historicamente recente, a associação entre maternidade e amor, é a base para a construção da figura da mãe moderna. Porém, com a evolução dos direitos reprodutivos femininos, as mulheres buscam constantemente ampliar suas possibilidades, ingressar no mercado de trabalho e criar espaços tradicionalmente povoados por homens. Essa procura por ascensão, visibilidade e legitimação, esbarra na função socialmente estabelecida à mulher, a procriação, romantizada através da maternidade. Foi do interesse por compreender essa relação dual, entre possibilidades e expectativas sociais, que surgiu a temática do presente trabalho.

O trabalho analisa a ilustração do filicídio como um crime cometido contra a idealização da maternidade. Procuramos entender como a atividade jornalística utiliza a narrativa para construir esse personagem materno filicida, e como esta representação pode ser imprescindível para a manutenção do papel social da mãe. Sendo esta uma situação socialmente atípica onde padrões são reafirmados em prol da consolidação dos papéis sociais já estabelecidos e identificados com os ideais já presentes em nossa cultura.

O trabalho é amparado sobre pesquisa bibliográfica diversa nas áreas de sociologia, jornalismo e ciências sociais, e possui a análise das narrativas jornalísticas,

baseada em Motta (2008), como metodologia para a observação e construção do estudo feito a partir da amostra previamente selecionada de peças jornalísticas.

Os casos selecionados para análise, dos meninos Rafael Winques (2020) e de Miguel dos Santos Rodrigues (2021), foram escolhidos em decorrência da proximidade temporal, pelas semelhanças entre as figuras maternas - em ambas as situações as mães confessaram a execução do crime - e por representarem os dois casos de filicídio que receberam a maior relevância na mídia gaúcha na última década. O veículo escolhido para a seleção das matérias a serem analisadas foi o portal de notícias online G1 RS, visto que foi o jornal com maior cobertura de ambos os casos no estado - maior volume de matérias publicadas. A escolha também foi feita pensando em sua relevância, pois além de ser um dos maiores do Rio Grande do Sul está vinculado a um portal de relevância nacional, o G1.

A construção deste estudo reflete sobre a consolidação do papel da mulher-mãe na sociedade atual, utilizando para isso as autoras Gerda Lerner (2019), Simone de Beauvoir (1949), Elisabeth Badinter (1985), Naomi Wolf (2018), Betty Friedan (2020) entre outras. Como fundamentação teórica para debate acerca da influência do jornalismo no espaço social, a função da notícia e a exemplificação dessa relação através de teorias do jornalismo, utilizaremos Walter Lippmann (1922), McCombs (1993), Robert Entman (1989) e Alsina (1989), entre outros. Buscamos estabelecer o diálogo entre mídia e representações sociais através de Noelle Neumann (1995) e Stanley Cohen (1972).

O trabalho divide-se em seis capítulos, sendo o primeiro e o último, respectivamente, introdução e conclusão. O segundo capítulo, o jornalismo e a construção da realidade, busca esboçar um amplo panorama sobre como o jornalismo se relaciona com a construção de sentido e opiniões sociais. Essa ideia é exemplificada através da apresentação de algumas teorias da comunicação.

O terceiro capítulo, a mídia na construção do papel social da mulher-mãe, procura ilustrar a construção do lugar social da mulher, da mãe, e por fim, da mulher filicida na sociedade atual e como a mídia, mais especificamente, o jornalismo, impactaram nesse processo.

O quarto capítulo apresenta uma rápida conceituação sobre o termo 'filicídio' e suas implicações criminais no país.

O quinto capítulo, análise das narrativas jornalísticas em casos de filicídio cometidos pela mãe, dá conta da análise das matérias que ilustram os casos de filicídio dos meninos Miguel (2021) e Rafael (2020).

A construção desta análise se ampara sob dois pilares fundamentais, que são a contextualização de um jornalismo formador do espaço público e que detém a relevância para construir e manter representações sociais, e as teorias sociais que endossam esse posicionamento, refletindo sobre o impacto da mídia na forma como vemos o mundo, na forma como constatamos o que nos é permitido e o que não é e como todas essas noções foram construções dotadas de sentido pelo próprio homem.

Portanto, este projeto busca contribuir com os estudos jornalísticos no campo social, analisando a representação social da maternidade através de matérias de filicídio, e contribuindo com a discussão sobre o papel do jornalismo na manutenção de padrões sociais.

Não procuramos normalizar as atitudes cometidas nos casos que serão analisados. Ambicionamos, sim, sem nenhum juízo de valor ou relativização da gravidade das situações apresentadas, analisar como o jornalismo utiliza a narrativa para construir esse personagem materno, e como esta representação maternal pode ser fundamental para a validação do papel da mãe hoje socialmente aceito. Este trabalho não almeja endossar qualquer forma de violência. Queremos analisar uma situação socialmente atípica onde padrões são reafirmados em prol da consolidação dos papéis sociais já estabelecidos, e investigar o papel do jornalismo neste processo.

2 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Este capítulo busca refletir sobre o papel do jornalismo enquanto reproduzidor de padrões sociais já estabelecidos, e, por consequência, sua influência na construção da realidade cotidiana. As reflexões, conceitos e teorias aqui expostos e desenvolvidos

são utilizados como embasamento para a análise dos objetos de estudo deste trabalho no capítulo 5.

A discussão sobre o papel da produção noticiosa na estrutura social, é fundamental para a análise dos impactos do jornalismo na construção e reprodução de representações sociais e estereótipos e seus reflexos na atribuição de significado aos agentes que integram o contexto social. Para realizarmos tal proposição, consultamos obras de Alsina (2009), Eduardo Meditsch (1997 e 1992), Genro Filho (1987), Berger e Luckmann (1966) e Moscovici (2005).

O relacionamento da produção jornalística com a sociedade ganhou o lugar de destaque e influência como reproduzidor do cotidiano a partir da Revolução Industrial, no século XIX. Com novas estruturas sociais, a disseminação de informações passou a ser moeda de troca poderosa, o que pôs o jornalismo em um patamar de influência perante aqueles grupos populacionais.

Em 1922, com o lançamento do livro 'Public Opinion', de Walter Lippmann, os debates sobre a influência dos meios informativos na percepção da realidade pelo grande público ganharam fomento. Berger e Luckmann (1966) estão entre os precursores dos estudos que relacionaram os meios de informação diretamente com a forma que percebemos a sociedade e a vida cotidiana. Desde então, a vertente que fazem parte, a construtivista - que vê na produção jornalística o potencial de construir padrões e estereótipos sociais e influenciar na maneira como são construídos os significados de tudo o que permeia o contexto público e privado - passou a se desenvolver.

Alsina (2009, p.47) aponta que a intersecção entre a informação e a construção da realidade acontece a partir de um processo de produção, circulação, e reconhecimento, tornando a atividade jornalística "uma manifestação socialmente reconhecida e compartilhada". Portanto a notícia quando compartilhada já está preenchida de significados à serem reconhecidos, justamente por isso, é importante ressaltar que a produção noticiosa é construída por pessoas, igualmente inseridas no contexto público de significados já estabelecidos, e que também permeiam o produto então disseminado, como afirmam os teóricos Luiz Gonzaga Motta, Gustavo Borges Costa e Jorge Augusto Lima (2004, p.35):

A mediação da realidade desempenhada pelo jornalismo emprega impressões reveladoras não apenas das intenções ideologicamente direcionadas, mas elementos antropológicos, como crenças, valores, desejos, éticas, morais, e diversas outras nuances que fazem parte da cultura onde estão inseridos todos os membros deste processo de mediação.

A compreensão de todas as nuances que são atingidas pelos significados disseminados através do ofício jornalístico se faz de suma importância para a reflexão acerca do seu impacto na construção dos sentidos que chegam até o público final. Para isso é evidente considerarmos a dimensão do ofício para com a sociedade, mas também entendermos que os produtores de notícias também são reprodutores de estereótipos e ideologias, assim como qualquer outro cidadão imerso na malha pública de significados.

No tópico da sequência buscamos refletir sobre o jornalismo e a construção de conhecimento simbólico, ou seja, que atribui sentido ao universo e aos agentes os quais estão inseridos dentro de uma sociedade.

2.1 JORNALISMO E A PRODUÇÃO DE SENTIDO

Estamos inseridos em uma sociedade que nos antecede e que transcende nossa existência, construindo uma constante evolução através das gerações. Logo, enquanto nossos antepassados caminhavam sobre a Terra, diferentes dinâmicas culturais e significados eram partilhados sobre o que era aquela comunidade em que viviam e quais 'regras' deveriam ser seguidas para que ela continuasse existindo.

Com o passar dos séculos e o incremento da complexidade, do entendimento e da funcionalidade de uma sociedade, essas 'regras' de convivência passaram a ser intrínsecas à existência de cada indivíduo. Ou seja, com os avanços sociais, as predeterminações comportamentais para viver dentro de uma comunidade passaram a ser subjetivas, transmitidas culturalmente por todos, à todo o momento. Walter Lippmann (1922, p.38) dissertou sobre o assunto:

Apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos encontram-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada na cena.

Os elementos da 'realidade' já estão completos de significado antes da nossa constituição como membros dessa comunidade. À exemplo disso, temos a construção

do papel de gênero na sociedade atual. Existem elementos não-verbais e meramente simbólicos, já estabelecidos e conhecidos por todos, que identificam uma pessoa enquanto mulher ou homem (obviamente dentro de uma sociedade binária reprodutora de padrões 'tradicionais'), logo, quando passamos a integrar esse grupo, é através destes elementos, já consolidados, que os outros passam a identificar o gênero que performamos dentro desta comunidade, identificando-nos com membros de tal espaço. Justamente como apresentou Alsina (2009) ao descrever que a transmissão de informação passa pelo reconhecimento, portanto, algo só é compreendido quando é reconhecido dentro dos símbolos que já são familiares.

Esse reconhecimento dos elementos simbólicos presentes na representação dos gêneros é descrito por Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1949, p.12), quando ela diz:

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino.

Um indivíduo só é identificado enquanto integrante de uma sociedade quando sucumbe aos seus padrões, tradições e estereótipos, passando a ser identificado através destes. Vale ressaltar que essa comunhão entre indivíduo e sociedade é instantânea, não carece de consentimento, filtros ou escolhas, ela simplesmente acontece para que ocorra rapidamente a inserção deste novo indivíduo ao grupo. Tal ponto é justamente ilustrado por Berger e Luckmann (1966, p. 71):

O processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente [...] o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo.

Esse ambiente subjetivo que abriga os símbolos de uma comunidade, constrói o entendimento de todos sobre a sociedade e tudo o que nela coexiste. Essa subjetividade simbólica é disseminada através da vida cotidiana, de interações culturais, mídia e etc, e é definidora de todo o tecido de significados presentes no contexto comum. Berger e Luckmann (1966, p. 62) conceituam esse local de significados coletivos chamando-o de 'acervo social' :

Em virtude desta acumulação constitui-se um acervo social de conhecimento que é transmitido de uma geração a outra e utilizável pelo indivíduo na vida cotidiana. [...] Minha interação com os outros na vida cotidiana é por conseguinte constantemente afetada por nossa participação comum no acervo social disponível de conhecimento.

O “acervo social”, ilustrado por Berger e Luckmann (1966), atua no armazenamento de conhecimento simbólico em uma memória coletiva, que determina, por exemplo, como identificar um indivíduo enquanto homem e mulher. Dentro deste ‘acervo social’, estão armazenados todos os estereótipos, significados e conhecimentos subjetivos intrínsecos à vida dentro de determinada sociedade. Então ao longo dos primeiros anos de vida de um integrante dessa organização social subjetivamente ele irá entrar em contato com estereótipos de gênero, de raça, de profissões, de família e de mundo, que serão complexificados e reforçados ao longo de toda a sua vida, por estarem intrínsecos a esse inconsciente social e integrarem as dinâmicas do ambiente público.

Os autores ainda apontam que “a estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas” (1966, p. 52). Assim sendo, a estrutura social é um elemento importante da vida cotidiana. Pois nossas interações sociais se baseiam nesse ambiente de simbolismos compartilhados, que através de sua disseminação e acumulação na sociedade se tornam padrões.

Berger e Luckmann (1966) enumeram algumas ferramentas que auxiliam na construção deste ‘acervo social’ e na consolidação das tipificações e padrões decorrentes da circulação destes símbolos, entre elas estão a linguagem e as instituições.

O primeiro deles, sendo um corpo que ultrapassa as relações sociais, a língua carrega em si representações que vão além de objetos palpáveis, sintetizando grandes conceitos subjetivos em elementos gráficos validados e reproduzidos pela grande maioria das sociedades existentes no mundo atual, conhecidos como ‘palavras’. Os teóricos Berger e Luckmann (1966. p. 58-59) compreendem a linguagem como um veículo de tradução de significados para o cotidiano, e afirmam ainda que “encontro a linguagem como uma facticidade externa a mim, exercendo efeitos coercitivos sobre mim. A linguagem força-me a entrar em seus padrões”.

A linguagem reproduz os conceitos já presentes no acervo social, onde mesmo que exista um universo individual, em que os símbolos compartilhados por todos, adquirem sentidos singulares para cada um, ele também é permeado por noções e

padrões coletivos previamente estabelecidos. Sendo o espaço privado um reflexo do espaço público.

A linguagem atua, igualmente, como elo comunicativo entre as instituições e as pessoas. Nas sociedades as instituições se solidificaram, principalmente, como entidades governamentais, que regulam o espaço social e delimitam, por exemplo, os conceitos de certo e errado. Berger e Luckmann (1966, p. 80) definem o papel das instituições como sendo:

Controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.

Portanto, as instituições direcionam a visão social e a opinião pública, além de serem responsáveis por importantes decisões culturais, como mencionado anteriormente, o que é certo ou errado dentro daquele cenário público. Além das instituições de cunho governamental, a partir do século XIX, os veículos de comunicação passaram a ter importante papel na transmissão de símbolos dentro das sociedades, atuando justamente na influência da opinião pública e do endosso dos conceitos de certo e errado. Alsina (2009, p.9) discorre sobre a importância do discurso jornalístico:

Os próprios meios de comunicação são os que se apresentam como os transmissores da realidade social. A virtualidade do discurso jornalístico informativo está nas suas pretensões referenciais e cognitivas. Esse tipo de discurso se autodefine como o transmissor de um saber muito específico: a atualidade.

Os meios de comunicação transmitem um recorte da 'atualidade', justamente por ser um ofício carregado de simbologias atravessadas pela interpretação daqueles que dão vida às notícias, mas são fundamentais para a consolidação, e mais importante, para a circulação de padrões e símbolos dentro de uma sociedade. Alsina (2009, p.10), reflete sobre os papéis assumidos pelo jornalismo no contexto social:

podemos afirmar que a efetividade do discurso jornalístico informativo está em saber fazer chegar a informação, embora sem deixar de lado que também pode fazer crer (persuadir), fazer (manipular) e fazer sentir (emocionar).

Alsina (2009, p.14) conceitua a notícia como sendo “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção do mundo possível”. O que reafirma a relevância das instituições, neste caso os meios

de comunicação, como fundamentais da disseminação dos simbolismos presentes no 'acervo social'. (Berger e Luckmann, 1966)

Adelmo Genro Filho, em palestra proferida no Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação, em 1986, com conceitos redigidos e analisados por Eduardo Meditsch (1992, p.26), descreve o ofício jornalístico como sendo "uma forma de comunicação que serve para reforçar a hegemonia ideológica da burguesia e reproduzir a dominação de classe". A nuance política introduzida por Genro Filho aponta para possíveis ligações entre o 'acervo social' e sua construção simbólica reproduzida a todos, que teria como pano de fundo uma sociedade capitalista com a hegemonia ideológica da burguesia e a reprodução da dominação de classe, justificando a consolidação e manutenção da opressão a minorias dentro do contexto público.

Meditsch (1992, p.27-28) ilustra uma reflexão de Adelmo (1986), baseada em Hegel, buscando conceituar o que é jornalismo para si e qual é seu papel social:

Adelmo busca três categorias para usar na construção do conceito de jornalismo, categorias essas de larga tradição na filosofia, especialmente em Hegel: as categorias do singular, do particular e do universal [...] Em cada uma das dimensões as demais estão presentes de forma subjacente, de forma superada, ou seja, estão presentes como se estivessem adormecidas, como se fossem dissolvidas.

Para demonstrar de que forma as categorias singular, particular e universal seriam diferentes entre si, Meditsch (1992, p.28) as descreve da seguinte forma:

A singularidade de João é o fato de ser estudante de comunicação, a particularidade dele é o fato de ser universitário, e a universalidade é o fato de ser uma forma de vida inteligente. [...] Ou podemos dizer ainda que a singularidade é o fato de João ser brasileiro, a particularidade é o fato de ser latino-americano, e a universalidade é o fato de ser humano.

Adelmo (1986) aprofunda seu raciocínio, ao identificar o jornalismo, que se concentra na reprodução da atualidade como uma "forma social de conhecimento, mas não de um conhecimento qualquer e sim de um conhecimento cristalizado no singular" (citado por MEDITSCH, 1992, p.29). Ou seja, o jornalismo, mesmo permeado pelo 'acervo social', de Berger e Luckmann (1966), e pela esfera universal, como teoriza Adelmo (1986), se materializa no singular, em um recorte da vida cotidiana.

O singular, neste caso, representa uma construção de sentido baseada na esfera mais individualizada de uma estrutura social, o cotidiano, o dia a dia. Atribuir sentido, ser uma representação social da realidade cotidiana - como afirma Alsina

(2009) - torna o jornalismo uma ferramenta de consolidação dos símbolos provenientes do 'acervo social' transcritos para a realidade do indivíduo.

2.2 TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

Após ilustrarmos a relação entre a atividade jornalística e a construção de sentido na sociedade, percebemos que na atualidade é praticamente impossível disseminar qualquer acontecimento somente boca a boca. A comunicação interpessoal é insignificante no contexto de grandes centros urbanos, por isso, é fundamental que existam meios de comunicação. Instituições, privadas ou não, que busquem executar a função de transmitir as informações necessárias para que os humanos consigam viver dentro da sociedade compreendendo o contexto dela, atuando na construção do "acervo social", como pontuam Berger e Luckmann (1966).

Alsina (2009, p.9) afirma que os próprios meios de comunicação especificam seus papéis sociais, "esse ofício se autodefine como o transmissor de um saber muito específico: a atualidade." Bem antes disto, Lippmann (1922, p.22) já registrava a sua noção de atualidade:

Olhando para trás podemos ver o quão indiretamente conhecemos o ambiente no qual, todavia, vivemos. Podemos observar que as notícias sobre ele chegam ora rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente.

Ou seja, interagimos com uma versão da atualidade, mas não com ela por completo, portanto, os meios de comunicação se apresentam como transmissores de um recorte da realidade. Lippmann (1922, p. 29) registra ainda que "o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não vivenciou é o sentimento provocado por uma imagem mental daquele evento."

A compreensão de que a realidade transmitida através dos veículos de comunicação não é uma reprodução fiel da realidade como um todo, nos faz questionar: que realidade é essa que interagimos? De que forma essa porção que nos é apresentada da realidade influencia na nossa construção social? Como tudo isso interfere em nossas vidas?

Felizmente, essas perguntas já foram feitas e basearam estudos importantíssimos para as reflexões acerca do impacto da mídia sobre a vida das

peessoas. Tendo como marco inicial a publicação do livro “Public Opinion” de Walter Lippmann (1922), algumas teorias foram desenvolvidas buscando compreender as nuances e os impactos da mídia sobre a audiência, tais teorias ficaram conhecidas como funcionalistas, pois buscam esclarecer as funções e efeitos causados pelos meios de comunicação em uma sociedade.

Lippmann (1922) foi um dos primeiros teóricos a confirmar que a mídia influencia a opinião pública, depois disso, outros profissionais passaram a desenvolver pesquisas buscando evidências concretas desta influência. Nesse contexto surgiram algumas teorias, como a teoria da Agulha Hipodérmica, tendo como um dos principais representantes Harold Lasswell, com a premissa de que os meios de comunicação de massa são muito poderosos, com efeitos previsíveis sobre a audiência, em uma relação de estímulo-resposta. A teoria dos Usos e Gratificações, desenvolvida por Paul Lazarsfeld nos anos 40, que aponta efeitos limitados dos meios de comunicação, onde o receptor consome as informações para se divertir, facilitar a interação social, explorar a realidade e reforçar valores coletivos, dando ao público então o poder de selecionar as mensagens que irá consumir. (COLLING, 2002)

Lazarsfeld (1940) foi um dos responsáveis pelo redirecionamento do debate sobre as funções sociais da mídia, ultrapassando a noção de que todo o conteúdo veiculado era rapidamente absorvido pela audiência, sem filtros. O teórico foi um dos que inaugurou a noção de efeitos limitados da mídia sobre a audiência. (COLLING, 2002)

Em 1972, McCombs e Shaw realizaram a primeira pesquisa de campo ilustrando as ideias de Lippmann (1922), o estudo, citado em Colling (2002, p.89) ocorreu da seguinte maneira:

Foi realizada em 1968, na localidade de Chapell Hill, cidade pequena, conservadora e isolada que fica na Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Nos 24 dias que antecederam as eleições nacionais, foram aplicados cem questionários, selecionados na relação de eleitores, de maneira a cobrir um universo variado de posição econômico-financeira, social e racial, dentre aqueles que se encontravam indecisos em votar em Hubert Humphrey ou Richard Nixon.

A pesquisa, consolidada em artigo, foi a precursora do termo e da teoria Agenda-Setting, que concluiu que a seleção de assuntos publicados nos veículos de comunicação - ou seja, os assuntos abordados repetidamente pela mídia naquele

contexto - havia tido demasiada influência no eleitor e nos candidatos daquele pleito, impactando no resultado das eleições.

O teórico americano Eugene Shaw, também relevante para as pesquisas em comunicação, formula uma conceituação pertinente sobre o Agenda-Setting (ou agendamento), apresentada por Leandro Colling (2002, p.92):

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos.

O que leva, como prossegue o autor, as pessoas a incluir ou excluir de seus conhecimentos aquilo que a mídia inclui ou exclui de seu próprio conteúdo. Além da atribuição de importância aos pontos que foram destacados pela mídia. O pensamento de Shaw, segundo Colling (2002, p.92), define que “o pressuposto fundamental do agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media”.

Porém, apenas um breve contato com os veículos de comunicação e suas notícias não representa um impacto influente o suficiente para que ocorra o processo de agenda-setting por completo, Colling (2002, p.93) aponta que:

A influência do agendamento depende do grau de exposição a que o receptor está exposto, ao tipo de mídia, do grau de relevância e interesse que este receptor dá ao tema, ao grau de incerteza e aos diferentes níveis de comunicação interpessoal que ele desenvolve.

Ou seja, é necessária uma constante exposição aos veículos de comunicação para a consolidação de tal influência. O receptor passa, então, a ser atingido pelas características do Agenda-Setting, como a associação dos próprios interesses aos assuntos presentes nos noticiários. Bernard Cohen (1963), teórico igualmente relevante para os estudos de agendamento, que tem seu pensamento descrito por Colling (2002, p. 89), elabora sobre este processo, afirmando que “o mundo parece diferente para pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redatores, editores e diretores de jornal que o lêem”. Pontuando que veículos diferentes refletem em diferentes processos de agendamento na audiência.

Porém, com a atualização das pesquisas na área, alguns novos traços de impactos sentidos pela audiência foram encontrados, McCombs (1993, p.62), citado por Colling (2002, p.94) ao conceituar o Agenda-Setting já trazia algumas novas características do fenômeno:

Agenda-setting é considerada mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias igualmente nos dizem como pensar acerca disso. A seleção de objetos para a atenção e a seleção dos enquadres pensados acerca destes objetos são o ponto forte do papel do agenda-setting.

Ou seja, além do já conhecido impacto sobre quais assuntos a audiência valoriza, a mídia tem potencial de direcionar esse pensamento, conduzindo o raciocínio dos receptores em relação aos assuntos em voga nos veículos de comunicação. Esse impacto passou a integrar as pesquisas de agendamento, e ficou conhecido como framing, ou enquadramento.

Um dos principais estudiosos do framing é Robert Entman (1991), descreve os impactos da mídia sobre a audiência como sendo: atuação política, definição de problemas, diagnóstico de causas, julgamento moral e sugestão de mediação. Com a possibilidade de impactar na percepção da audiência sobre a atualidade, a mídia evidencia algumas questões ou temáticas em detrimento de outras. (COLLING, 2002)

Para Entman (1991), a noção de framing só é consolidada ao implicar em um efeito comum em uma larga faixa de receptores. O que vai de encontro com a percepção de Hohlfeldt (1997), ao concluir que os efeitos do Agenda-Setting eram sentidos de maneira mais evidente em receptores com altos níveis de exposição aos veículos de comunicação. Logo, entre as populações que possuem mais interação com a mídia, pode-se perceber uma homogeneização de pensamento, motivada pela consolidação dos processos de enquadramento e agendamento. (COLLING, 2002)

A questão torna-se mais relevante quando relembramos a fala de Alsina (2009), de que os veículos de comunicação se apresentam como transmissores da realidade. Lippmann (1922) afirma que conhecemos apenas uma versão da realidade, aquela que é esboçada à nós pelos meios de comunicação. Também podemos retornar ao conceito de 'acervo social', de Berger e Luckmann (1966) - descrito no capítulo 2.1 - que vê na mídia a transmissão das informações necessárias para o convívio social e a compreensão do contexto em que estamos inseridos. Relacionando esses conceitos com as noções de agendamento e enquadramento podemos perceber que existem relações diretas entre as construções e consolidações de relevância na sociedade, e pelo status empresarial dos veículos de comunicação inseridos no ambiente capitalista como a atual, é possível concluir que esses

mecanismos podem estar ligadas a manutenção de poder e interesses econômicos. (COLLING, 2002)

Todd Gitlin (1980, p.97), um dos teóricos mais críticos a respeito das teorias de efeitos limitados, define os enquadramentos como “padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos organizam geralmente o discurso, tanto verbal como visual”. (COLLING, 2002)

Outro estudo importante para a clareza das dimensões dos impactos de agendamento e enquadramento na audiência foi o realizado por Funkhouser nos anos 60. Publicada em 1973, a pesquisa analisa os jornais Time, Newsweek, U.S. News e o Word Report, buscando relacionar os acontecimentos, conforme a cobertura dos veículos de comunicação nas décadas, e a percepção por parte da opinião pública. (COLLING, 2002)

Entre os resultados do estudo de Funkhouser (1973) está de que quanto maior for a ênfase midiática em um tópico específico, maior será sua relevância e importância na opinião pública. O teórico também apontou uma notável relação entre a opinião pública e a cobertura das notícias, e o mais relevante detectado pela pesquisa, é que em alguns temas publicados pela mídia existe uma correlação mínima entre os fatos publicados e os indicadores da realidade. (COLLING, 2002)

A partir destes estudos e das conceituações de agendamento e enquadramento, fica evidente o impacto dos veículos de comunicação na construção das narrativas da opinião pública. Sendo assim, a mídia pode dar visibilidade para alguns grupos sociais em detrimento de outros, como possibilitar uma maior atenção a algum assunto em detrimento de outro.

Essa inquietação motivou Noelle-Neumann em 1995 originando umas das principais teorias críticas ao Agenda-Setting e Framing, a teoria do Espiral do Silêncio. Elaborada no contexto da Alemanha dos anos 90, a teoria de Neumann (1995) surgiu depois de inúmeros estudos, até identificar um padrão onde as opiniões que recebiam apoio de forma mais explícita, ou seja, que eram mais ‘aceitas’ socialmente, também apresentavam uma força desproporcional à realidade. Em consequência, os que discordam dessa opinião dominante tendem a permanecer em silêncio. E, como em um processo de espiral, um ponto de vista dominante passa a vigorar dentro do

cenário público enquanto o outro fica em segundo plano. A este processo deu-se o nome de Espiral do Silêncio.

A teoria se baseia na construção social a partir de grupos, e de uma noção de ser humano que busca compartilhar com seus iguais as mesmas opiniões e representações. Para evitar conflitos as divergências sucumbem ao silêncio, reforçando o ponto de vista, posicionamento político ou ideal mais forte e endossado pela maioria, na maior parte das vezes perpetuando costumes já tradicionais naquele contexto.

Neumann (1995) argumenta que o mesmo processo aconteceria nos veículos de comunicação. Para evitar a fuga dos leitores, reproduziria as ideias e posicionamentos já consensuais, associando-se a aqueles tradicionais e legitimados através dos processos sociais. A preocupação é que o comportamento inviabiliza e silencia questões, pautas e visões distintas e diversas, consolidando apenas costumes já perpetuados no tempo. Mendonça e Braga (2015, p. 04) refletem sobre a relação dos meios de comunicação com o espaço público e o dano que pode ser causado pelo processo de Espiral do Silêncio:

Os meios de comunicação atuam na construção da realidade social e ao silenciar algo, tornam a realidade construída incompleta e não representativa. A mídia é o espaço em que as pessoas têm contato com fatos que não estão ao seu alcance, sendo assim, tomam conhecimento e formam opiniões com base no que lhes é passado. Se estes meios tendem privilegiar determinados temas e omitir outros, acabam por contribuir para que as pessoas também tenham uma representação imprecisa.

Mendonça e Braga (2015, p. 10) continuam seu raciocínio assinalando que:

Ao pensar a comunicação midiática, compreende-se que ela apresenta um discurso do senso comum, que é elaborado e veiculado como verdade, em decorrência do princípio de autoridade, marcando a relação entre os objetos e suas representações.

O estudo de Funkhouser, as teorias de Agenda-Setting e Framing e as reflexões do Espiral do Silêncio esboçam o impacto dos veículos de comunicação na opinião pública, bem como na construção do espaço público e do contexto social. Igualmente revelam como os meios de comunicação participam da construção e manutenção de representações. No próximo subcapítulo abordaremos a importância dos veículos de comunicação na elaboração das representações sociais, bem como a maneira como são produzidas no contexto da sociedade.

2.3 CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nos pontos 2.1 e 2.2 já nos debruçamos sobre as noções de conhecimento social e a participação dos veículos de comunicação na construção da realidade. No presente item buscamos explorar o que são propriamente esses mecanismos de construção simbólica da realidade, ancorados aqui em representações sociais e estereótipos e de que forma tais instituições podem construir visões segmentadas e parciais dos grupos sociais. Já é possível consolidar a percepção de que a mídia contribui, nas sociedades contemporâneas, com definições de objetos sociais, que são fundamentais para a interpretação e convívio dentro dos contextos aos quais estamos inseridos. Logo, a realidade é uma construção que passa pela estruturação do indivíduo a partir da sua inscrição social. Santos e Dias (2015, p.177), utilizam citação de Marx e Engels (2007) para ilustrar tal pensamento, dois dos mais importantes teóricos críticos ao capitalismo, afirmam que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.”

Os mecanismos sociais de compreensão e conhecimento sobre a vida estruturados dentro de uma sociedade, custaram a ser vistos como material relevante de pesquisa no campo das ciências sociais. Logo, durante grande parte da história, as noções sobre como operava a sociedade eram baseadas em pesquisas científicas, fazendo com que não fosse possível acesso a compreensão sobre como ocorriam as construções de significado ou através de qual linguagem simbólica se comunicava aquele grupo de indivíduos. Foi Durkheim quem deu início a esses estudos em 1895, mas a primeira teoria que realmente se debruçou sobre a compreensão de como são consolidadas as representações sociais, foi desenvolvida e publicada por Serge Moscovici em 1961. (SANTOS e DIAS, 2015)

Moscovici (1961) apresenta a noção de que não existe uma separação entre o universo interno e externo, endossando a ideia de Marx e Engels (2007), citada por Santos e Dias (2015), de que a consciência social é quem constrói o homem. Logo, o meio possui total impacto sobre a elaboração das noções de vida em sociedade de uma pessoa. Os estudos conduzidos por Moscovici (1961), baseados na compreensão do entendimento e da teorização sobre o conhecimento material e

simbólico dividido entre indivíduos de um mesmo contexto social, deu origem à Teoria das Representações Sociais, também conhecida como TRS. (SANTOS e DIAS, 2015)

Para o psicólogo romeno, Moscovici (2010) - citado em Santos, Dias (2015, p. 182) - o objetivo das representações sociais seria “abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de forma simplificada”. Atuando como uma forma simplificada da informação, que busca suprir a demanda das cidades em constante evolução. Para ele, a representação social não é uma cópia nem um reflexo, e sim uma imagem da realidade, uma versão dela. (SANTOS e DIAS, 2015)

Moscovici (1961) categoriza os indivíduos como “sábios amadores”, por serem o centro da construção e cristalização do processo de representações sociais. E ainda atribui-lhes o lugar de atividade e criatividade, distante das noções de indivíduos passivos as informações ao seu redor, populares no século XX. (SANTOS e DIAS, 2015)

O processo de consolidação da TRS acontece através da interação das pessoas com temas do cotidiano social, esse contato resulta na construção uma simplificação, armazenada através de uma competência enciclopédica dos objetos - ou seja, um banco significações abreviadas. Mendonça e Braga (2015, p.07) reflete sobre a TRS e pontua que:

O processo envolve uma familiarização dos objetos, pois as representações nascem e se relacionam com a familiaridade e com a necessidade em identificar e de certa forma, acostumar-se com o mundo ao seu redor, solucionando dilemas que o mundo nos propõe.

Portanto, Moscovici (1961) cria a Teoria da Representação Social buscando conceituar o processo de simplificação de todos os objetos contidos dentro de um universo social. Essa simplificação ocorre através da interação dos próprios indivíduos entre eles e com o ambiente, a partir disso é gerada uma enciclopédia coletiva, que busca representar de maneira simples e compreensível os objetos, sejam eles materiais ou não. Esse conhecimento, novamente, é partilhado através da interação entre os indivíduos e o ambiente.

Essas simplificações são inseridas nas conversas do cotidiano, e passam a entrar em contato com outras simplificações, até formarem uma ideia comum. O processo das representações ocorre majoritariamente através das interações entre grupos, sendo importante a sua elaboração enquanto coletividade.

A cristalização da representação social ocorre, segundo Moscovici (1961), em dois processos, batizados de: objetivação e ancoragem. A objetivação descreve o primeiro contato do indivíduo com o objeto novo, a construção dessa compreensão do que é esse objeto, através de uma descontextualização do mesmo e desvinculação do excesso de informações que possam vir com ele. Após isso, dentro dos símbolos já familiares o indivíduo localiza esse novo objeto e lhe atribui algum sentido, o que fundamenta o núcleo da representação, normalmente dotado também de aspectos imagéticos. Após esse processo, o objeto novo passa a ser familiar para aquela pessoa. (SANTOS e DIAS, 2015)

A segunda fase da cristalização das representações sociais, chamada de ancoragem, ocorre quando esse objeto ou símbolo passa a figurar entre os conhecimentos daquele indivíduo, podendo ser compartilhado socialmente. As diferentes interações entre pessoas de grupos diferentes consolidam o que é chamado pela TRS como conhecimento consensual, “aquele que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana”, como afirma Arruda (2002, p.130). Ao analisar o processo e construção da TRS, Jodelet (1993, p. 07), uma das principais estudiosas a destrinchar a teoria de Moscovici, argumenta que “as representações são criadas pelas pessoas com o intuito de entender como comportar-se e dominar física e intelectualmente o mundo.” (ARUDA, 2002)

As representações sociais, como a própria palavra diz, representam conhecimentos fundamentais para a navegação de qualquer indivíduo dentro de um contexto social de maneira simplificada e compartilhada. Mas não são as únicas formas de atribuição de sentido utilizadas nas sociedades contemporâneas. Por apresentarem sentidos em constante mudança, acabam não sendo homogêneas dentro de todos os recortes populacionais de uma comunidade.

Já o estereótipo, não possui essa volatilidade, sendo dificilmente alterado. Introduzido ao vocabulário das ciências sociais com a publicação de *Public Opinion*, de Walter Lippmann em 1922, o termo estereótipo atualmente está presente em debates públicos sobre a representação danosa de minorias, como sustenta Freire Filho (2004, p. 46)

A definição de estereótipo proposta por Lippmann (1922) o descreve como construção simbólica inadequada, contrária à ponderação racional e resistente à mudança social. Para Freire Filho (2004, p.47):

Os estereótipos não se limitam, portanto, a identificar categorias gerais de pessoas - contêm julgamento e pressupostos tácitos ou explícitos a respeito do comportamento, sua visão de mundo, ou sua história.

Ou seja, os estereótipos são representações fundadas através do julgamento, e que sobrevivem às mudanças sociais. Uma narrativa padronizada à décadas, impede que novos pensamentos sejam cultivados, que novas visões da própria sociedade sejam reverberadas. É possível concluir que um dos papéis mais relevantes da reprodução dos estereótipos seja contribuir para a manutenção da organização social atual.

Freire Filho (2004, p.48) considera que os estereótipos:

Como forma influente de controle social, ajudam a demarcar e manter fronteiras entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, o cidadão e o estrangeiro, os insiders e os outsiders, nós e eles. [...] A esta altura, fica evidente o quão errôneo é atribuir a origem dos estereótipos a uma útil (e não necessariamente indesejável) “economia do esforço”, edificada por leis universais de cognição; em verdade, eles necessitam ser conceituados (e contestados) como estratégias ideológicas de construção simbólica que visam a naturalizar, universalizar e legitimar normas e convenções de conduta, identidade e valor que emanam das estruturas de dominação social vigentes.

Gramsci, citado em Freire Filho (2004, p. 48) importante teórico político do século XX, possui um conceito chamado “luta pela hegemonia”, onde descreve a intenção e o movimento cotidiano das classes dominantes em prol de moldar a sociedade através das próprias visões de mundo, ou pela manutenção das construções até então estabelecidas. Esse movimento é semelhante ao processo social estabelecido pelo estereótipo. Que constantemente busca reproduzir padrões defasados e nutridos de julgamentos simplórios e desconexos com a realidade.

Uma das grandes ferramentas de difusão desses mecanismos de significação social são os meios de comunicação de massa, possuindo, igualmente como qualquer outra empresa dentro de um regime econômico capitalista, interesses. Qual interseccionam os interesses do capital com o papel fundamental da informação para a construção da realidade e dos significados, esbarramos em diversos impactos, alguns analisados no capítulo 2.2, como o Agenda-Setting, Framing e Espiral do Silêncio. Tais aspectos muito voltados para a prática jornalística em si, a produção e

veiculação das notícias e forma como o jornalismo dissemina recortes da sociedade intencionalmente. Porém, existem, igualmente, reflexos sociais dessa interação, entre eles, vale destacar, brevemente, o pânico moral.

Originário do estudo “Folks devils and moral panics: the creation of the mods and rockers”, realizado por Stanley Cohen em 1972, a pesquisa busca analisar de que forma os veículos de comunicação da época se apropriaram de uma atividade juvenil irrelevante para a construção de uma imagem de rebeldia e selvageria buscando cercear o contexto de liberdade sexual que estava emergindo na época. Esse processo recebeu o nome de pânico moral, conceituado por Cohen (1972), e citado por Sacramento e Santos (2020, p. 33) como sendo:

Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de maneira estilizada e estereotipada pelos meios de comunicação em massa.

O estudo inaugurou debates sobre o uso de situações similares como pano de fundo para rotulagens que buscam unicamente o reforço de padrões sociais já estabelecidos. Operando com os princípios do Framing, Cohen (1972) afirma que os veículos de comunicação distorcem os fatos em prol de um recorte que busque favorecer interesses de terceiros ou de si. Salientando a desproporção entre o dano causado e dano veiculado nas notícias publicadas. Os teóricos McRobbie e Thornton, citados por Sacramento e Santos (2020, p. 36) refletem sobre os impactos do pânico moral:

parte das práticas de produção de consenso e hegemonia, tornando processos sociais complexos e inteligíveis ao “senso comum” e mobilizando uma estrutura profunda de ansiedade para a manutenção da ordem social.

Ressaltada ao longo de todo o capítulo 2, a importância da mídia para a realidade social, é possível perceber indícios do processo de pânico moral dentro de estruturas já consolidadas na produção jornalística e nos recortes da realidade apresentados ao público. Logo, não são fenômenos isolados, mas sim engrenagens que funcionam em conjunto, através da consolidação de estereótipos relativistas e produtos jornalísticos parciais. Todo o processo explorado até aqui busca consolidar a relação entre as significações, a difusão das mesmas e as engrenagens de poder.

Interagindo com o conceito de pânico moral, proposto por Cohen (1972), podemos refletir sobre o impacto desse processo na construção das noções de certo

e errado endossadas pelas informações que consumimos, e como elas são primordiais para a cristalização das mesmas. No próximo capítulo analisaremos o impacto de toda essa estrutura estudada até então na construção do estereótipo da mulher, mãe e filicida. Buscando compreender como essa construção é veiculada na mídia e como nuances patriarcais estão presentes nesse processo.

3 A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER-MÃE

Betty Friedman (2020, p. 389-391), jornalista, psicóloga e ativista estadunidense, responsável pela publicação de um dos maiores clássicos da literatura feminista e motores para o início da segunda onda do movimento, o livro ‘Mística Feminina’, ilustra o crescente interesse científico no estudo da satisfação social masculina. Entre os apontamentos da autora, vale destacar:

A premissa é que o homem é feliz, saudável, aceita-se como é e vive sem culpa somente quando está se realizando e se transformando no que tem potencial para ser. [...] Não basta ao indivíduo ser amado e aceito por outras pessoas, estar “ajustado” a sua cultura. Ele deve levar sua existência suficientemente a sério para

estabelecer seu próprio comprometimento com a vida e com o futuro; ele perde sua existência quando não consegue satisfazer seu ser por completo.

Porém, esse cenário positivo, onde existe a possibilidade de realização pessoal dentro da sociedade atual, é privilégio masculino. A mulher é instruída a deixar seu eu de lado ao ser responsabilizada e obrigada a exercer papéis como o de mãe e de cuidadora do lar. Como Friedman (2020) aponta na citação acima, não basta um indivíduo estar “ajustado a sua cultura”, e complementa “ele deve levar sua existência a sério suficientemente para estabelecer seu próprio comprometimento com a vida e com o futuro”, essas possibilidades são todas distantes para a mulher ao longo de toda a história humana.

Friedman (2020) retrata em sua obra o papel dos veículos de comunicação para a manutenção desse cenário de cerceamento das possibilidades sociais da mulher. A autora contextualiza os anos 60 em território americano, quando as mulheres passavam por um interessante movimento liderado pelas revistas femininas de retorno à vida doméstica.

Neste capítulo nos aprofundaremos na temática que tanto inquietou Betty Friedman na década de 60, abordando a construção da figura da mãe-mulher e de seu lugar na sociedade, através do impacto da mídia enquanto mediadora dessas transformações no contexto público.

3.1 A REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE NA MÍDIA

Este subcapítulo pretende ilustrar, através de pesquisa bibliográfica, quais são as origens da figura materna, como essa se desenvolveu e de que forma a mídia toma lugar dentro desse processo. É importante pontuar que o caminho das representações sociais da mulher e da mãe se interseccionam e se confundem em muitos momentos, já que a maternidade, historicamente e na atualidade, foi considerada a principal função social atribuída à figura feminina.

Nos tópicos anteriores foi possível construir a compreensão de que a atribuição de significado dentro de um contexto de sociedade passa por construções simbólicas dotadas de sentido por agentes relevantes e poderosos. Com a figura da mulher-mãe não seria diferente. O processo que relaciona a construção de estereótipos

e os veículos de comunicação é ilustrado por Douglas Kellner (2005), importante teórico estadunidense no estudo da mídia, citado por Márcia Bortoli Uliana (2006, p. 32):

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo do lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, [...] a cultura da mídia [...] ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a construir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje .

Essas construções simbólicas, mencionadas por Kellner (2005), impactam na atribuição de sentido a tudo o que está inserido na sociedade, e dentro desse todo estão os papéis de 'gênero'. Aqui discutiremos esse processo de atribuição de sentido relativo às mulheres.

O que é ser mulher no espaço social ao longo dos séculos só se concretiza após o conhecimento da discussão proposta pela premissa de Simone de Beauvoir (1949, p.12):

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino.

As palavras de Beauvoir (1949), revolucionárias à época, já pautavam a discussão que ocorreria anos mais tarde, somente a partir de 1970, com o maior ingresso feminino nos espaços acadêmicos, e o aprofundamento dos debates sobre sexo e gênero. Até então, o sexo biológico - de cunho determinista e baseado nos órgãos genitais - era um dos únicos e principais recursos para diferenciar homens de mulheres. Com o início das reflexões sobre o tema, o sexo passou a ser desvinculado do conceito de gênero, que como endossa Beauvoir (1949), é de determinação unicamente social e utilizado ao longo da história como espaço para a reprodução de estereótipos e opressão.

A diferenciação entre os dois termos abre espaço para reflexões inéditas no curso histórico sobre os impactos da inserção dos seres humanos nos contextos de organização social e esse processo de rotulagem ao qual foram submetidos. Pois a nova subjetividade, com nuances políticas e sociais, presente no termo 'gênero', supõe que as sociedades se apropriaram de significados atribuídos às genitálias humanas para

construir personagens com funções e papéis diferentes entre si. Citado por Daniele Meira de Pinho Rodrigues Paulino (2019, p. 03), Margareth Rago (2000), afirma que “as diferenças sociais são determinadas pelas diferenças biológicas, ou seja, foram socialmente construídas para disciplinar sobretudo o sexo feminino”. A autora destaca um ponto evidente, a construção do gênero feminino foi moldada para a opressão dentro das sociedades capitalistas.

Para as teóricas Bruna Franchetto, Maria Cavalcanti e Maria Luíza Heilbrn (1981), citadas por Amália Cardoso Alves (2012, p.3) relevantes ao dissertar sobre as perspectivas antropológicas da mulher, essa atribuição de papéis foi fundamental para a construção da sociedade patriarcal: “O organismo feminino, subjugando a mulher à função reprodutora, seria uma das bases sobre a qual se teria construído a subordinação da mulher”. Essa estereotipação simplória reduz pessoas a órgãos reprodutores, que automaticamente já são dominados por uma série de construções e trejeitos que devem ser seguidos para a participação na comunidade. Anne Fausto-Sterling (2001), citada por Alves (2012, p.3), vê com indignação essa perspectiva reducionista:

Nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o “sexo” mais claro fica que o “sexo” não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero.

A história das mulheres e seu desenvolvimento dentro das sociedades de todas as épocas é permeada por esse debate e, principalmente, pelo reducionismo da figura feminina à sua capacidade reprodutiva. Gerda Lerner (2019, p.68), historiadora com relevante atuação na documentação da história feminina, aponta que:

A primeira característica que distingue seres humanos de outros primatas é a infância prolongada e vulnerável da criança humana. Isso é resultado direto do bipedismo, que causou o estreitamento da pelve feminina e do canal vaginal em razão da postura ereta. Em consequência disso, os bebês humanos nascem em maior estágio de imaturidade do que outros primatas, com a cabeça relativamente menor, para facilitar a passagem pelo canal vaginal.

Essas características evolutivas foram fundamentais para a separação primordial dos trabalhos dentro das tribos nos períodos Paleolítico e Neolítico (compreendidos no período entre o surgimento da humanidade até 5000 a.c.). Lerner (2019, p.70-71) complementa:

A infância dos bebês era bastante prolongada, uma vez que as mães os amamentavam por dois ou três anos. Assim, podemos presumir que era

absolutamente necessário para a sobrevivência do grupo que a maioria das mulheres núbéis dedicasse a vida adulta a engravidar, ter filhos e amamentar. [...] Consequentemente, as mulheres escolhiam ou preferiam atividades econômicas que pudessem ser combinadas com facilidade aos deveres da maternidade.

Portanto, a sobrevivência dos bebês dependia dos cuidados maternos, o que colocou a mulher como responsável pela povoação dos grupos e pela manutenção da saúde dos novos integrantes. A atenção aos recém-nascidos era de extrema importância, pois, por conta das extremas e perigosas condições que viviam os humanos primitivos, “a sobrevivência até a idade adulta de pelo menos dois filhos por casal exigia muitas gestações de cada mulher” (LERNER, 2019, p. 70).

Assim Lerner (2019) argumenta que a primeira divisão de trabalho dentro da sociedade vigente foi baseada em características biológicas. Os ofícios eram pensados para melhor atender as necessidades do bando, que precisava otimizar constantemente sua sobrevivência para atender as necessidades de todos. O ato de maternar era intrínseco à mulher por conveniência, pois era ela que poderia prover, principalmente, a amamentação, que influencia muito no fortalecimento de recém-nascidos. Ou seja, havia um consenso entre ambas as partes. O que distingue, como pontua Lerner (2019) da divisão sexual atual, consolidada através do patriarcado. Hoje não vivemos em um contexto de constante perigo. Não existem necessidades tais como a caça de animais, ou combates entre tribos que exijam lutas corporais. A estrutura atual avançou de forma a permitir que ambos os sexos exerçam papéis semelhantes dentro da sociedade.

Porém, como se pode imaginar, o avanço das comunidades antigas continuou a determinar o lugar social feminino a partir da sua capacidade reprodutiva. Com os avanços das civilizações, a agricultura passou a ser utilizada como principal mecanismo para a subsistência, como isso, um novo contexto social passou a vigorar. E tornou-se comum o comércio de mulheres entre as sociedades tribais. Os casamentos arranjados entre dois grupos de homens inauguraram a redução feminina à mercadoria. (LERNER, 2019)

Essa venda feminina inaugurou uma mudança no sistema social, pois as mulheres negociadas em casamentos arranjados se retiravam de sua tribo para passar a viver com a família do marido. Na visão dos teóricos Levi-Strauss e Claude Meillasoux, dois relevantes nomes para a antropologia mundial, citados por Lerner (2019, p. 79), a

propriedade privada foi criada a partir desse cenário, onde se estabelecia a comercialização de mulheres entre as tribos antigas.

A nova atividade comercial era um reflexo da atividade econômica da época, a agricultura. As comunidades, antes nômades, passaram a se fixar em locais próximos de rios, e com a sazonalidade das safras, o processo produtivo passou a ser fundamental, exigindo mais mão de obra. A mulher entrava nesta dinâmica como mecanismo reprodutor de mão de obra. Além disso, conforme Meillassoux, citado por Lerner (2019, p. 79-80), a vulnerabilidade biológica das mulheres no parto criava essa necessidade de trazer novas integrantes ao grupo, provenientes de outras tribos. Como resultado, as mulheres eram consideradas bens, coisas, e possuíam sua capacidade reprodutiva reconhecida como recurso público. Lerner (2019, p. 82-83) considera que:

As ferramentas neolíticas eram relativamente simples, então qualquer um poderia fabricá-las. Terras não eram recursos escassos. Assim, nem ferramentas nem terras representavam oportunidades de apropriação. Mas em uma situação na qual condições ecológicas e irregularidades na reprodução biológica ameaçavam a sobrevivência do grupo, as pessoas procuraram mais reprodutores - ou seja, mulheres. [...] Portanto, a primeira apropriação de propriedade privada é a apropriação do trabalho das mulheres como reprodutoras.

Desde a antiguidade o papel social feminino passou a ser majoritariamente voltado para a reprodução, ao longo de maior parte da história, com fins econômicos, buscando beneficiar o todo. Diante dos avanços sociais, a noção de família e a organização desse grupo foram igualmente sendo alteradas.

Segundo a pesquisadora Strey (2007), citada por Borsa e Feil (2008), existe uma grande dificuldade em conceituar o que é a família. A autora defende que é possível atribuir um significado satisfatório à família, como sendo o resultado de uma associação entre pessoas, com a finalidade de construir uma vida privada, não em oposição à vida pública, mas em complemento a ela. Ao complementar a vida pública, entende-se que os papéis de gênero aos quais estão submetidos homens e mulheres dentro da família estão intrinsecamente ligados aos reproduzidos no espaço comum.

Um exemplo de organização familiar ao longo da história humana é ilustrado por Elisabeth Badinter, em seu livro 'Mito do Amor Materno' (1985). Badinter (1985), conta que entre a Idade Média e o século XVII, se consolidou o modelo de família aristocrática, em que as crianças conviviam muito pouco com os pais. Normalmente, eram entregues às amas de leite logo após o nascimento. Com cerca de oito anos de idade, as crianças

retornavam, caso fosse um menino, seria enviado para um internato, e caso fosse uma menina, para um convento, onde iria adquirir seus conhecimentos através do convívio com outros adultos - na época não existiam escolas destinadas ao ensino infantil, visto a falta de interesse na educação das crianças.

Essa organização, que possui como característica a desvalorização da criança, é semelhante a estrutura das famílias coloniais do Brasil, à época colônia portuguesa. Os modelos apresentam semelhanças, entre elas a presença relevante da ama de leite, responsável por praticamente todo o cuidado das crianças dentro daquele contexto, a mulher distante do papel de mãe, e o convívio mínimo com os filhos.

A sociedade brasileira, assim como a de alguns outros países, passou a não ter mais suas necessidades supridas através do modelo de família colonial. Isso ocorreu também com a família aristocrática fora do Brasil, principalmente pela falta de aleitamento materno e o descaso com as crianças, que reverberam em altos índices de mortalidade infantil. No Brasil, como aponta Venâncio (2002), citado por Resende (2017, p.182), a morte precoce consistia no destino de 90% dos bebês agravado pelas câmaras e hospitais do país. Badinter (1985, p. 68) lembra que na França, entre XVI e XVII, os relatórios policiais registravam que:

Das 21 mil crianças que nascem anualmente em Paris, apenas mil são amamentadas pela mãe. Outras mil, privilegiadas, são amamentadas por amas-de-leite residentes. Todas as outras deixam o seio materno para serem criadas no domicílio mais ou menos distante de uma ama mercenária. São numerosas as crianças que morreram sem ter jamais conhecido o olhar da mãe.

O volume de mortes infantis resultava em um empecilho para o crescimento populacional para as sociedades que viam a proximidade da industrialização e a necessidade de mão de obra para a consolidação econômica. O contexto era de novos ideais sendo introduzidos nas discussões políticas, baseados no movimento Iluminista, a burguesia - nova classe social - em ascensão, e a revolução industrial reestruturando as cidades gerou pressões para o estabelecimento de uma nova organização da família.

O movimento de renovação da família colonial foi endossado principalmente pelo crescente interesse de Portugal no ouro brasileiro, assim a urbanização e o povoamento do território passaram a ganhar atenção da coroa. Com isso, faculdades de medicina surgiram no território nacional, no Rio de Janeiro e na Bahia,

e a consciência sobre a insalubridade das cidades e a necessidade de controlar as doenças da época foram crescentes. Inaugurou-se então um movimento que ficou conhecido como Movimento Higienista, ou Sanitarista, e que era sintetizado na figura dos médicos higienistas. (SILVA, 2017)

A atuação da classe foi endossada pelo estado brasileiro e pelas igrejas, como forma de renovar a cultura familiar do país e resolver questões econômicas, como a falta de mão de obra, ocasionada pelos altos índices de mortalidade infantil. Esse processo ocorreu através da divulgação, também por meio de veículos de comunicação, de novas normas sociais. Maria Martha de Luna Freire (2008, p.02), descreve as características de tal movimento:

No Brasil esse fenômeno apresentou dimensão singular, associada às especificidades do cenário econômico, político e social, em particular o projeto modernizador republicano, que depositava na conservação das crianças, entre outros elementos, esperança para a viabilidade da nação. Tal concepção fundamentou uma convergência identitária entre saúde, educação e nação, e uniu a intelectualidade urbana na elaboração de ampla proposta reformadora que tinha na higiene seu eixo central. Os esforços da elite intelectual concentravam-se sobretudo em tentativas de eliminação de qualquer resquício de um passado de 'atraso' e tradição e de incorporação do 'novo' como passaporte para a ordem e o progresso.

Entre as principais demandas de tal movimento dentro da sociedade civil, estava a reestruturação da família nuclear, antes centralizada no país, passaria a enfatizar a reprodução feminina, ou seja, a maternidade. Segundo Jurandir Freire Costa (2004), citado por Poliana Moreira Silva (2017, p. 14):

As famílias, até o momento, eram vistas pelos higienistas como incapazes de proteger a vida de crianças e de adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, o Movimento Higienista conseguiu impor a elas uma educação física, moral, intelectual e sexual, tendo como principal figura normalizadora a mulher, mãe e "rainha do lar".

Portanto, "o movimento surgiu como uma nova mentalidade, que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos" (SILVA, 2017, p. 13). Um dos mecanismos encontrados para atribuir sentido a essa nova configuração foi o amor, Daniele Paulino (2019, p.04), sustenta que:

Coube aos médicos a função elementar de "apresentar" à família as noções do que é certo ou errado de acordo com sua condição burguesa. Aqui, a união passou a ser valorizada enquanto mecanismo de garantir filhos saudáveis que pudessem servir à Nação. O amor foi o elemento motivador do discurso médico, não o sonhador, romântico, mas o que definia a divisão sexual de papéis dentro do casamento.

Costa (2004), citado por Paulino (2019, p.04), complementa:

Finalmente, o amor executava uma outra importante tarefa higiênica: a criação e a regulação dos novos papéis sociais do homem e da mulher no casamento. (...) A partir do modo como homens e mulheres reagem ao amor e a seus derivativos, como os sentimentos em geral, a medicina fixou as características supostamente típicas de cada sexo e apresentou-as como imperativos da natureza.

O movimento higienista contribuiu para consolidação dos papéis de gênero da atualidade, tendo inaugurado uma nova perspectiva para a figura feminina dentro do contexto familiar e público. A mulher passou a ser valorizada enquanto mãe, e encontrou nessa necessidade social uma oportunidade para se ver integrada ao tecido público, antes distante para si.

Vale discutirmos os resultados da inserção do amor na vida familiar para a mulher, já que ele ficou atrelado, no imaginário social, à maternidade. Esse raciocínio fez parte de um conceito social introduzido culturalmente com o objetivo de incentivar as mulheres a cuidarem melhor de seus filhos para que a sociedade pudesse ter mais mão de obra disponível. Badinter, na obra 'O Mito do Amor Materno' (1986), classifica o amor materno como resultado de uma construção social e cultural, desmistificando a falácia relacionada ao instinto materno presente em todas as mulheres, que ela consolida sobre o termo 'mito do amor materno'.

O mito é construído através de especialistas e pela ampla divulgação dos veículos de comunicação, e objetiva reduzir a atuação social e a autonomia da mulher, através da culpabilização social daquelas que se recusem a seguir o caminho da maternidade (BADINTER, 1986). Damaceno, Marciano e Di Menezes (2021, p. 203) citam Resende (2017) que descreve o processo de construção histórica e social da maternidade como:

A mulher passou a ser enclausurada em seu papel de mãe, não podendo evitar desempenhar esse papel sob pena de condenação moral, passando da responsabilidade à culpa em apenas um passo. Diante da pressão ideológica, as mulheres se sentiam obrigadas a serem mães sem desejá-lo realmente, vivendo a maternidade sob o desígnio da culpa e da frustração.

Para Damaceno, Marciano e Di Menezes (2021, p. 205), o processo de culpabilização da mulher dentro desse contexto impositivo da maternidade está relacionado com a presença da religião na sociedade, mais especificamente a Igreja Católica, e todo o seu peso institucional para a consolidação do certo e do errado dentro

do contexto público. Gilberta Santos Soares (2010), citada por Damaceno, Marciano e Di Menezes (2021, p. 205), explica que:

O cristianismo colocou a mulher como sinônimo de mãe, excluindo-se a dimensão erótica da vida das mulheres. A mãe casta e virgem, símbolo de Maria, determinou para as mulheres uma vida sexual sem prazer. Assim, o modelo normativo coloca o útero como o centro do corpo feminino e a maternidade assume o lugar de essência, anulando outros desejos e projetos e escondendo as diversas formas de se vivenciar a maternidade e a feminilidade.

É possível perceber a atuação de diversas forças para a romantização da maternidade e para a atribuição desse papel como objetivo da vida feminina. A mãe que ama e cuida de filhos, marido e casa é construída e mantida pelo bem dos bons costumes e da manutenção da submissão feminina pelo estado, igreja e reproduzida pelos veículos de comunicação. Essa mulher ideal tem o papel de auxiliar o país em uma nova organização cultural, como é descrito por Silva (2017, p.16):

As ideias higienistas foram aos poucos fazendo parte do íntimo das mulheres, assim, a elas foram impostas funções, atribuições e papéis dentro da sociedade. Consideravam a mulher uma peça central no combate aos males sociais, e ao alcoolismo, em especial. Como o álcool conduzia às penitenciárias ou aos manicômios, ela jamais deveria querer isso para os seus. A “mulher-mãe”, com seu carinho e afetividade, iria educar os filhos contra as degenerações sociais, a “mulher-professora” complementar a educação recebida em casa sobre os perigos dos vícios, a “mulher-noiva”, pela sua paixão, conseguiria estancar o mau comportamento do noivo causado pelas más companhias, a “mulher-esposa”, pelo seu amor e carinho, conseguiria muito do seu marido, evitando que o mesmo caísse no vício do álcool. A mulher, enfim, deveria ser uma aliada dos progressos higienistas.

Neste tópico exploramos a construção do estereótipo de mãe, e a consolidação do mito do amor materno. Porém, esse não é o único estereótipo carregado pelas mulheres que também são submetidas a ideais estéticos e comportamentais discutidos no próximo tópico. Neste espaço também se examina a relevância dos veículos de comunicação para a consolidação dos mesmos.

3.2 OPRESSÃO FEMININA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Diminuída a sexo coadjuvante, como afirma Beauvoir (1949), a mulher é vítima do lugar social construído para ela. Refém de ideias culturais, estéticas, sociais e intelectuais, a mulher, até o século XVIII, era considerada uma aberração, proveniente do homem - na época visto como único sexo real - como registra o historiador, sexólogo e escritor americano Thomas Laqueur (1922), citado por Carneiro, Borges e Boerges (2017). Ana

Maria Colling (2011, p.48), explica que para Platão falar é dar à luz, tanto no caso dos homens quanto das mulheres, porém, de formas diferentes. Enquanto a mulher dá à luz a outro corpo, o homem dá às ideias, aos pensamentos, e o segundo seria mais importante. Reduzindo tudo o que vem da mulher a inferioridade e constante coadjuvância.

Aparentemente não é por acaso o plural de seres humanos estar fixado no plural masculino: homens. A mulher sempre foi periférica ao homem que tem sido o grande protagonista da história do mundo. Os pensamentos de Laqueur (1922) e de Platão, que datam de mais de 2000 anos, e as certezas escritas por Beauvoir (1949) refletem exatamente essa diminuição feminina, em que tudo o que somos e conhecemos sobre elas foi construído, pensado e instituído por homens. Mas como as notícias se interseccionam a isso?

As notícias possuem tendenciosos recortes e enquadramentos, como ilustram as teorias da Agenda-Setting e do Framing, discutidas no item anterior. As informações resultantes desse processo noticioso são disseminadas socialmente, e através de seu caráter simbólico e influente para a construção de sentido, se tornam representações sociais, cristalizadas em estereótipos perante o espaço público. Esse conhecimento popularizado pelos veículos de comunicação é fundamental para a compreensão da sociedade, por estar contido no 'acervo social', termo inaugurado por Berger e Luckmann (1966). Essa teia de processos embasa o conhecimento como proporcionado pelos veículos jornalísticos, através das notícias, para a compreensão dos agentes, instituições e normas sociais. O espaço de destaque destinado à mídia nesse processo, é consolidado através de um poder simbólico, socialmente atribuído aos veículos para a execução desse papel.

O poder simbólico é um conceito criado por Pierre Bourdieu (2007), citado Beatriz Molari (2018), consolida a relevância na sociedade dos agentes que se estabeleceram como mediadores do espaço público. Esse poder se materializa por meio das relações sociais, firmando sua relevância via mecanismos culturais e sociais. Bourdieu (2007, p. 14-15) explica que:

O poder simbólico não surge nas estruturas dos sistemas simbólicos, mas está presente nas relações entre aqueles que desejam exercer algum controle sobre os demais.[...] A autoridade do poder simbólico está na crença das ordens do agente que o exerce, sendo muitas vezes sobre o pretexto de manter a ordem do espaço.

Portanto, o poder simbólico do jornalismo pode ser refletido na sua credibilidade, e no contrato social firmado entre o público e a instituição de que a mídia é o organismo responsável por comunicar o que ocorre no espaço público. Todos esses acordos são consolidados subjetivamente e acontecem porque os veículos jornalísticos possuem poder simbólico e relevância que fazem a sociedade civil confiar neles a reprodução do cotidiano através das notícias. Porém, como descrito no item 2, a parcialidade é intrínseca ao ser humano, e o jornalismo é construído por empresas e pessoas, com interesses econômicos e que reproduzem estereótipos sociais. Desta forma, criam uma visão parcial da sociedade e reproduzem padrões já existentes no espaço público, como a opressão à mulher, por exemplo.

O conceito de poder simbólico é relevante para compreender a disseminação de estereótipos pela mídia e aprofundar a discussão sobre a propagação das restrições práticas à existência da mulher na comunidade.

Durante o século XX, o principal mecanismo midiático responsável pela representação feminina foram as revistas, já que os jornais eram destinados aos homens. Neste período, as revistas dirigidas às mulheres se tornaram conhecidas como imprensa feminina, por serem os únicos materiais destinados a esse público.

Friedman (2020), na obra *Mística Feminina*, desvenda o processo de endosso à domesticidade da mulher no período após as Guerras Mundiais. Na época, as revistas femininas foram fundamentais para a retomada do culto à figura da mulher dona de casa e à feminilidade, enfatiza a autora. Alguns instrumentos publicitários foram usados para criar um contexto em que a volta ao lar fosse interessante às mulheres, além de amplas campanhas voltadas para inovações tecnológicas no setor de eletrodomésticos, bem como dando relevância à moda. O estilista Christian Dior, em 1947, lançou o “New Look”, baseado em vestidos rodados, cinturas extremamente marcadas, luvas, saltos e culto ao feminino, citado por Carneiro, Borges e Borges (2017).

Esse movimento era contraditório, pois cerca de 20 anos antes, no período da 2ª Guerra Mundial, as mulheres ocuparam diversos postos de trabalho para manter a economia americana aquecida, fenômeno que também ocorreu em outros países. A representação feminina nos veículos de comunicação, principalmente nas revistas, endossou a independência da mulher através do trabalho:

Em 1939 [...] a maioria das heroínas nas quatro principais revistas femininas (à época *Ladies' Home Journal*, *McCall's*, *Good Housekeeping* e *Woman's Home Companion*) eram profissionais - profissionais felizes, orgulhosas, aventureiras e atraentes - que amavam os homens e eram amadas por eles. E o espírito, a coragem, a independência, a determinação - a firmeza de caráter que demonstravam no trabalho como enfermeiras, professoras, artistas, atrizes, redatoras, vendedoras - era parte do seu charme. Havia uma aura inegável de que a individualidade delas era algo a ser admirado (FRIEDMAN, 2020, p. 40-41).

Com o fim das guerras e o retorno dos homens ao lar, as mulheres retornaram para o lugar de dona de casa. Esse retrocesso na atuação social feminina foi divulgado pelas revistas como uma grande vitória para as estadunidenses da época:

No começo da década de 60, a *McCall's* era a revista feminina que mais crescia. Seu conteúdo era uma representação bastante acurada da imagem da mulher estadunidense representada, em parte criada, pelas revistas de grande circulação. [...] A imagem que emerge dessa revista grande e bonita é jovem e frívola, quase infantil; fofo e feminina; passiva; alegremente satisfeita em um mundo de quarto e cozinha, sexo, bebês e lar. A revista definitivamente não esquece do sexo; a única, a única busca, o único objetivo permitido à mulher é a busca por um homem. É repleta de comida, roupas, cosméticos, móveis e corpos de mulheres jovens (FRIEDMAN, 2020, p. 36-38),

Friedman (2020, p.14) descreve os resultados alcançados pela circulação desta nova imagem feminina: o aumento da taxa de natalidade do país, que ultrapassou a da Índia no fim da década de 50. A idade média das mulheres americanas que se casavam na época passou a ser de 20 anos, com cerca de 14 milhões de mulheres noivas aos 17 anos. O índice de mulheres no ensino superior que, em 1920, era de 47%, baixou para 35% em 1958. Enfim, o movimento protagonizado principalmente pela imprensa feminina, resultou em um retorno ao lar, à figura de mãe, esposa e dona de casa.

O cenário era completamente distinto ao de duas décadas anteriores, ou ainda, desvinculado das conquistas realizadas pelas mulheres 40 anos antes, durante a primeira onda feminista em 1920. Na época, a primeira onda objetivava o acesso das mulheres ao voto, movimento que ficou conhecido como sufragista. Esse direito foi conquistado pelas mulheres em 1932 no Brasil, e, em 1920, nos Estados Unidos.

O reducionismo do papel feminino à vida doméstica passou a ser representado por um sentimento que Friedman (1963, p.13) descreve como “uma inquietude estranha, uma sensação de insatisfação que afligia as mulheres na metade do século XX nos Estados Unidos.” Essa inquietação, inconformidade latente, nomeada pela autora como ‘Mística

Feminina’, consolidava a publicização da mulher dona de casa, enquanto a categoria caminhava para conquistas fora do eixo doméstico. A obra também é pioneira na relação entre a mídia com o contexto social vivido pelas mulheres.

A Mística feminina gerou importantes avanços e debates para a inserção da mulher em espaços anteriormente frequentados somente por homens, como o mercado de trabalho e a academia. Mas gerou alguns desdobramentos, como Naomi Wolf (2018) demonstra no livro ‘O Mito da Beleza’. Wolf (2018, p.92) revela, no cenário pós Mística Feminina, que as mulheres conseguiram se inserir em contextos que pareciam distantes, mas passaram a ser aprisionadas por um novo modo de opressão, dos padrões estéticos irreais. :

Durante a última década, as mulheres abriram uma brecha na estrutura do poder. Enquanto isso, cresceram em ritmo acelerado os transtornos alimentares e as cirurgias plásticas de natureza estética se tornou uma das especialidades médicas de mais rápida expansão. [...] Pesquisas recentes revelam com consistência que, no mundo ocidental, entre a maioria das mulheres que trabalham, têm sucesso, são atraentes e equilibradas, existe uma “subvida” secreta que envenena nossa liberdade: impregnada de conceitos de beleza, ela é escuro filão de ódio a nós mesmas, obsessão com o físico, pânico de envelhecimento e pavor de perder o controle.

A esse processo de opressão feminina dos padrões estéticos, Wolf (2018) dá o nome de “mito da beleza”. Livro com mesmo nome, publicado pela primeira vez em 1991 é um clássico feminista e um dos títulos inaugurais da terceira onda do movimento no ocidente.

Na obra, Wolf (2018, p. 16) também discute as motivações da forte difusão desses padrões estéticos, seriam elas: primeiramente, os interesses econômicos, que agitam o mercado da beleza e do emagrecimento, “cujos dólares de patrocínio movimentavam a mídia, que por sua vez, cria as ideias”, e os interesses políticos: “Quanto mais fortes as mulheres se tornassem em termos políticos, maior seria o peso do ideal da beleza sobre seus ombros, principalmente para desviar sua energia e solapar seu desenvolvimento.” Naomi Wolf (2018, p. 29-30) considera que:

A beleza é um sistema monetário semelhante ao padrão-ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriam.

A autora entende que não existe nenhuma motivação específica para a manutenção do mito da beleza. O mito faz com as mulheres “algo não mais elevado do que a necessidade da cultura, economia e da estrutura do poder contemporâneo de criar uma contra ofensiva contra as mulheres” (WOLF, 2018, p. 30).

Os padrões estéticos irreais, o endosso a domesticidade e a propagação da ideia de que os interesses femininos estão restritos a aparência e a homens são fatos sociais de transcendem o século XX. No próximo subcapítulo, aprofundamos na identificação de como os veículos de comunicação propagam doutrinas impositivas sobre as mulheres.

3.3 REPRESENTAÇÃO DA MÃE-MULHER NOS SÉCULOS XX e XXI

Ao examinarmos a construção do espaço social ocupado pelas mulheres, se percebe que sempre foram representadas por padrões, processo sobreposto na contemporaneidade pela comunicação de massa. A padronização das informações disseminadas auxilia no controle social, facilitando, como exemplificam as autoras das obras Mito da Beleza e Mística Feminina, a manipulação comportamental das mulheres. O papel da mídia na reconfiguração do espaço público é fundamental para a tradução do contexto comum a todos e de extrema relevância para a determinação do que é ser mulher no espaço público.

Ao longo deste capítulo discutimos situações históricas e processos sociais, em que o fator determinante para a sua concretização é a disseminação de padrões sociais e estereótipos através da mídia, entre eles - e principalmente - a história da mulher. Tanto os padrões de beleza, quanto comportamentais, são estruturas opressivas complexas, difundidas e consolidadas na sociedade. Indústrias inteiras recebem constante reforço, através dos veículos de comunicação e da publicidade que fazem chegar às mulheres os deveres de serem mães, magras, jovens e perfeitas.

As revistas voltadas ao público feminino cristalizaram essa transmissão informativa, por abrigarem um espaço mais irreverente, distante do tráfego noticioso dos jornais impressos - que eram destinados aos homens -, foram o principal veículo para a construção do comportamento, aparência e personalidade da mulher na sociedade

capitalista. Naomi Wolf (2018, p.92) explica a popularidade das revistas junto ao público feminino:

As mulheres são profundamente afetadas pelo que as suas revistas lhe dizem porque essas publicações são tudo o que a maioria das mulheres têm como acesso à sua própria sensibilidade de massa. A cultura em geral adota um ponto de vista masculino do que é notícia ou não.

Em meados da década de 50 as revistas femininas passaram a buscar o território nacional, dedicando-se à venda em escala. Anteriormente, os materiais ficavam restritos ao centro do país, com maior impacto no estado do Rio de Janeiro. A popularização veio por conta da identificação das mulheres da época com o conteúdo vinculado nas peças, como aponta Carla Pinsky (2014), citada Poliana Moreira Silva (2017, p.17):

As revistas femininas dos anos de 1950 eram fontes de informação importantes para as mulheres brasileiras, principalmente as de classe média urbana. Revelavam-se em tais meios de comunicação, transformações e permanências nos costumes, nas relações familiares, nas normas sociais e regras de comportamento, nas imagens e nos papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Estes meios de comunicação eram capazes de formar gostos, opiniões, padrões de consumo e de conduta. Ademais, serviam de companheiras de lazer para suas leitoras fiéis, mas, também como guias de ação e conselheiras persuasivas.

Um dos primeiros exemplos da capacidade de impacto na organização cultural da sociedade, por parte das revistas, foi no processo higienista no Brasil, ainda no início do século XX. À época, como diz Silva (2017, p.06) as revista serviram como “guias de comportamento social, familiar e religioso, reforçando o papel idealizado ou esperado da mulher na sociedade”, já que o Movimento Higienista provocou mudanças estruturais na organização familiar no contexto público.

O Movimento Sanitarista e Higienista atribuiu à mulher na família burguesa o papel de responsável pela criação de crianças fortes que, no futuro, servirão ao Estado. Logo, essa figura feminina desprezada e invisibilizada agora possui uma tarefa social, e poderia aparecer no espaço público de sua sociedade.

Algumas revistas e jornais da época se destacaram nesse contexto e passaram a ser as principais formas de informação consumidas pelas mulheres da época. Dentre elas estão: O “Jornal das Moças” que circulou de 1914 até os anos 60, sendo produzido no Rio de Janeiro e distribuído semanalmente para algumas capitais e cidades do interior do país, o “Jornal da Mulher”, voltado para as boas e recém-casadas esposas, com conteúdo sobre

bordados e moldes de roupas femininas e infantis, o “Evangelho da mulher”, que abordava os cuidados com os filhos e a revista “Cruzeiro”, que circulava semanalmente entre 1928 e 1975 em todo o país. A Cruzeiro apresentava três seções destinadas exclusivamente para as mulheres: “Da mulher para a mulher” que trazia conselhos sobre casamentos, namoros e traições, a seção “Elegância e Beleza”, que se dedicava à moda, dicas e conselhos de beleza e a seção “Lar, Doce Lar” com receitas, reportagens de decoração e organização da casa. (SILVA, 2017)

É perceptível a semelhança dos temas abordados pelas revistas femininas mais relevantes da época, todas relacionadas aos cuidados com a família, filhos, vida doméstica e estética. Silva (2017, p. 23-24) se vale de proposta de Palmira Heine (2015), para discorrer sobre o conteúdo de tais publicações:

Para Heine (2015), as revistas femininas da década de 50, não eram apenas veículos de informação e sim de ideologias, sendo usadas na educação das mulheres. Analisando os temas nelas abordados, nota-se um posicionamento ideológico que constituiu uma noção de feminilidade: o mundo feminino girava em torno dos temas considerados “adequados” para as mulheres. Com isso, os periódicos transmitiam a ideologia dominante sobre o que era “ser mulher”, colocando-as num lugar diferente dos homens.

A mulher ocupava um espaço de “rainha do lar”, ou seja, atrelado ao lar, ao casamento e à maternidade, enquanto o homem era o “chefe de família”, ocupando o lugar de provedor e trabalhador. Era esperado que elas estivessem preparadas para cuidar de tudo o que fosse até remotamente vinculado ao seu lar. (SILVA, 2017; HEINE, 2015). Caroline Carneiro, Dayane Borges e Luana Borges (2017) citam Buitoni (1981, p. 114) para refletir sobre a forma como eram estruturadas essas revistas:

O texto é dirigido a ela, [...] no entanto, as ações sugeridas são sempre em função dele. Ela vai fazer as coisas pra ele, para agradá-lo. Mais uma vez, apesar de toda aparência em contrário, o eixo principal é a passividade”

As autoras ainda dissertam sobre os conteúdos pautados pelas revistas destinadas ao público feminino e sua linguagem:

Esse mundo está muitas vezes desassociado ao mundo público, econômico, político, e por isso as notícias não fazem parte do corpus da imprensa feminina, exceto as que possuem uma conexão com o nomeado mundo da mulher, em que o cuidado, a estética e a afetividade são levados em conta. Pode-se perceber também como a linguagem é diferente na imprensa dedicada às mulheres. Os verbos são comumente usados no imperativo, criando uma situação em que os textos ordenam certo comportamento da parte delas. Compre, use, seja, deixe,

esteja, são verbos que implicam em ordens.” (CARNEIRO, BORGES E BORGES, 2017, p. 10)

Silva (2017, p. 20) descreve alguns dos conselhos dados às mulher, presentes nas revistas citadas á cima:

São encontradas nas páginas das revistas conselhos dados às mulheres, como por exemplo: “não se deve irritar o homem com ciúmes e dúvidas” (Jornal das Moças, 1957), “a mulher deve fazer o marido descansar nas horas vagas, nada de incomodá-lo com serviços domésticos”, (Jornal das Moças, 1959), “a esposa deve vestir-se depois de casada com a mesma elegância de solteira, pois é preciso lembrar-se de que a caça já foi feita, mas é preciso mantê-la bem presa” (Jornal das Moças, 1955), “se o seu marido fuma, não arrume briga pelo simples fato de cair cinzas no tapete, tenha cinzeiros espalhados por toda casa” (Jornal das Moças, 1957) e “é fundamental manter sempre a aparência impecável diante do marido” (Jornal da Moças, 1957).

Essa representação feminina teve origem no Movimento Higienista, como aponta Silva (2017), já que a mulher era peça chave para o desenvolvimento da família proposta pela ideologia do movimento. Com apoio das revistas o homem foi consolidando sua autoridade social, enquanto as mulheres passaram a ser nominadas pelas características como “doçura, pureza, resignação, instinto materno, dependência, vocação prioritária para o casamento e os trabalhos domésticos” (SILVA, 2017, p. 24). Vale ressaltar, que a disseminação dessa “nova mulher” também coloca a figura feminina em um posto de consumo, pois quando a mulher se torna especialista no lar, um leque de possibilidades de consumo também se concretiza, o que torna ainda mais interessante a manutenção desse estereótipo. Silva (2017, p. 27) reflete sobre o assunto:

O feminino nas revistas aparece reduzido à sua expressão mais simples e simplória: consumidoras, fazendo funcionar poderosos setores industriais ligados às suas características “naturais”: domesticidade (eletrodomésticos, produtos de limpeza, móveis), sedução (moda, cosméticos, o mercado do sexo, do romance, do amor) e reprodução (produtos para maternidade/crianças, da vestimenta/alimentação aos brinquedos).

Elizabete Kobayashi e Gilberto Hochman (2015), citada por Silva (2017, p. 27) discute sobre anúncios que representavam a atividade doméstica

Para Kobayashi e Hochman (2015), os anúncios representaram a celebração de novos hábitos de higiene e de consumo que deveriam ser buscados pela sociedade brasileira, um processo no qual a publicidade desempenhou um papel central de difusão e oferta desta nova maneira, moderna e saudável de se viver. Para que a compra e o consumo se efetivassem, os anúncios comunicavam questões para além da funcionalidade objetiva dos produtos: comprava-se um aspirador de pó para que se mantivesse a casa livre da sujeira e das doenças e o sabonete garantiria proteção higiênica e eliminação dos maus odores do corpo. A publicidade buscava persuadir as consumidoras de que essas aquisições representariam um investimento na vida pessoal, na manutenção da saúde e no bem-estar da família. O consumo foi apresentado como uma via de acesso a uma

nova maneira de viver, mais prática, mais higiênica, menos braçal, mais mecanizada e mais racional.

Além da mídia reproduzir esse estereótipo idealizado pelo Movimento higienista, existiam mercados que lucravam com a construção dessa mulher com atuação e presenças restritas ao próprio lar. Outro elemento relevante do século XX no Brasil foi o aparecimento do movimento feminista, que entre outras questões, lutou pela liberdade de voto feminino, conquistado em 1932.

O feminismo no país possuía caráter militante, questionando, principalmente, a dominação masculina dentro da sociedade. Mais tarde, as mulheres se integraram à luta da esquerda contra a Ditadura Militar, tendo papel relevante nesse cenário. Na primeira metade do século XX, a mulher do Movimento Higienista era mais popular entre a categoria. Silva (2017, p.18) cita Claudia Bragança Pedro e Olegna de Souza Guedes (2010) para refletir sobre a sobreposição da mulher do Movimento Higienista perante o Movimento Feminista no país e no imaginário das mulheres:

Apesar das grandes conquistas femininas no último século, ainda há muito que fazer para que se acabe com a submissão feminina. É fundamental que o Estado invista cada vez mais nas Políticas Públicas voltadas para mulheres e que o protagonismo do movimento feminista amplie a presença das mulheres na cena pública, na luta pela garantia de direitos conquistados e ampliação de novos direitos. Trata-se, entretanto, de um movimento que não se consolida à revelia da construção do conceito de gênero, uma conquista das mulheres, mas sim na consolidação das mulheres enquanto sujeitos sociais e protagonistas de sua história.

A imprensa feminina, além de ter um papel importante ao barrar a expansão das ideias feministas no século XX, atuou em um processo de homogeneização do pensamento em torno da figura feminina na sociedade. Com isso, criou um modelo ideal de mulher, que movimenta o mercado e cumpre a função social esperada dela, e sugere, através da publicização e da disseminação na mídia, que todas sejam iguais, pasteurizando a categoria. Com esse intuito, tais revistas trazem conteúdos relacionados à estética e comportamento, ensinando as mulheres a fazer e reproduzir exatamente o que é esperado (CARNEIRO, BORGES E BORGES, 2017).

O impacto do Movimento Higienista é tão relevante que transcende o século XX. Em artigo publicado em 2004, a jornalista Luciana Vargas Rodrigues analisa um exemplar da Revista Cláudia de outubro de 2004 (a magazine circula no Brasil desde 1961 e seu público é feminino). Neste levantamento é possível perceber os mesmos padrões ilustrados por Wolf (2018) e Friedman (2020) sendo propagados:

- Reafirmando o caráter superficial dos assuntos destacados na imprensa feminina um número é preocupante: das cerca de 50 matérias publicadas no nosso objeto de estudo apenas 1 (uma) é informativa, referente a atualidade e sobre um assunto polêmico, que faz a leitora criar algum tipo de questionamento e se posicionar no contexto político-social em que vive. O título da reportagem é: “Células-tronco – uma discussão que vale vidas” e fala sobre as pesquisas que estão sendo feitas em relação a isso, o porquê da polêmica em torno dessa questão, as primeiras conquistas, as pesquisas fora do Brasil e como está a discussão no Congresso. (RODRIGUES, 2004, p. 7)

A jornalista (2004, p. 6) observa também a publicidade da edição:

A super-valorização da beleza feminina está expressa também na publicidade interna da revista. Em 218 páginas (sem contar as capas e contra-capas) encontramos 58 propagandas de produtos diversos, 90% referem-se a produtos de beleza e moda e os outros 10% são de bens de consumo e alimentação. Destes, cerca de 5% apelam para o lado materno ou são direcionados especificamente para mulheres (pelos motivos mais banais), como o carro que tem 17 porta-objetos, mais do que uma bolsa feminina.”

Essas estatísticas ratificam o impacto, majoritariamente, comportamental que as revistas femininas buscam ter sobre seu público-alvo, e quais interesses são cultivados pelo mesmo. Logo, as mulheres seguiam bombardeadas por conteúdos muito semelhantes aos do século passado, o que aponta para uma manutenção de padrões sociais referentes às expectativas construídas para as mulheres depois dos anos 2000.

Em estudo da Global Media Monitoring Project (GMMP), de 1995, cujo monitoramento simultâneo atingiu 71 países buscando ver como os gêneros são representados nas notícias, foi constatado que apenas 19% dos indivíduos presentes no noticiário eram mulheres, e que os principais papéis ocupados por elas eram vítimas, mães e esposas. O levantamento é citado na dissertação de Raquel Müller Thormann (2020).

Os relatórios do GMMP são divulgados de cinco em cinco anos desde 1995, sendo assim a maior e mais duradoura pesquisa sobre representação de gênero na mídia. O relatório de 2015, que envolveu 114 países e monitorou mais de 22.136 publicações de 2.030 veículos de comunicação, mostrou que das pessoas ouvidas nas emissoras de rádios, lidas nos jornais e vistas pela televisão apenas 24% eram mulheres, exatamente o mesmo número de 2010. (Thormann, 2020)

No levantamento mais recente, de 2020, o relatório GMMP aponta qual sexo está em maior enfoque em cada categoria das notícias analisadas. As mulheres estão em foco somente na categoria “Gênero e relacionados”, ou seja, apenas em matérias que abordam

assédio sexual, estupro, feminicídio e tráfico de pessoas, nesta categoria elas são o foco em 92% das matérias analisadas. Nas categorias “Política e Governo”, “Economia”, “Ciência e Saúde” as mulheres são protagonistas em menos de 10% das matérias analisadas.

Outro dado interessante trazido pelo levantamento GMMP de 2020 é relativo à posição dos apresentadores de televisão. Dentre os meios de comunicação que realizam transmissões, e que contam com a figura de um apresentador, a televisão foi o único meio onde as mulheres, na função de apresentadoras, foram maioria, 85 para 70 homens. A maioria das mulheres apresentadoras encontra-se em faixa etária inferior a masculina, de 19 a 34 e 35 a 49 anos, enquanto os homens se concentram na faixa etária de 35 a 49 anos.

As estatísticas consolidam a discussão sobre como são apresentadas as mulheres nos veículos de comunicação. Elas são representadas, majoritariamente, como mães e vítimas. Além de demonstrar que, no contexto jornalístico, a maior presença feminina ocorre somente na apresentação de programas televisivos, onde existe a interferência da estética no consumo do produto final.

As pesquisadoras Carolyn M. Byerly e Karen Ross (2006), citadas por Thormann (2020, p.18-19), discutem a prevalência da representação feminina somente em casos de violência contra ela:

Se a mídia falha ao relatar mulheres juízas, parlamentares ou empresárias, mas sempre relata crimes violentos contra as mulheres, então não é de surpreender que o público falhe em entender que as mulheres de fato ocupam papéis significativos na sociedade.

As autoras ainda classificam a representação e enquadramento negativo da mulher em jornais e revistas como um fenômeno que resiste ao longo do tempo e das diferentes mídias. Apesar dos avanços obtidos pelo movimento feminista ao longo do tempo ainda há uma estabilidade na mídia sexista em todos os lugares:

As formas como as mulheres são representadas na mídia enviam-nos importantes mensagens para os públicos que assistem, ouvem e leem sobre o lugar das mulheres, o papel das mulheres e a vida das mulheres. (BYERLY e ROSS, 2006).

Apesar da manutenção de lugares opressores a mulher, alguns comportamentos femininos têm mudado ao longo das décadas, entre eles, e principalmente, está a

idealização da maternidade. Em 2008, a Revista Veja publicou uma pesquisa do Ministério da Saúde que apontava redução na taxa de fecundidade do país, naquele ano era de 1,8 filhos por mulher, enquanto, em 1970, estava em 5,8 filhos por mãe. Os dados mais recentes, de 2019, divulgados pelo Banco Mundial apontam para uma taxa de natalidade de 1,72 nascimentos por mulher, e a perspectiva segue em queda.

As estatísticas demonstram a maneira como a mulher adulta recebe a gravidez na atualidade, é perceptível a mudança de comportamento feminina ao longo das décadas. Apesar do Brasil ainda não apresentar um contexto favorável à mulher que não deseja ser mãe, através da baixa disseminação de informações sobre métodos contraceptivos, educação sexual na escola e da legalização do aborto, a inserção da mulher em ambientes socialmente dominados por homens já impactou diretamente em seu interesse pela maternidade. É importante ressaltar que os dados são representativos do todo, mas em um país tão desigual e diverso como o Brasil várias nuances surgem no contexto de raça e classe social. Aqui buscamos apenas exemplificar a ligação direta entre o ingresso da mulher no mercado de trabalho e no espaço acadêmico com a reestruturação do lugar da maternidade em suas vidas.

Portanto, a mulher depois dos anos 2000 continuou a conviver com a maternidade, mas não ficou restrita somente a ela, muito pelo contrário, a mulher passou a acumular tarefas. Por isso, Maria Collier de Mendonça (2010), fala em uma nova mulher: a mulher-elástico. Ou seja, essa figura feminina que antes era completamente voltada para a maternidade e para seu desempenho no âmbito familiar, agora também é socialmente cobrada a manter um emprego de sucesso, um corpo padrão, ser esposa, ser a companheira sexual dos sonhos e, ainda, ser mãe. Logo, a contemporaneidade acumulou funções a essa mulher já antes tão desgastada pelas opressões historicamente reconhecidas. A função social feminina passou de ser restrita à maternidade, para contemplar todas as áreas de atuação possíveis de um ser humano dentro do contexto social, tornando a vida da mulher uma constante busca pela aprovação social. Mais uma vez a invisibilizando enquanto indivíduo e lhe dando uma falsa promessa de independência.

4 CENÁRIO DA FILICIDA

Até o momento buscamos, por meio de apanhado bibliográfico, restaurar a maneira como foram consolidados os estereótipos da mulher-mãe na sociedade. Discutimos as determinações implícitas ao gênero feminino e que transcendem o consciente social, permeando no imaginário público e legitimados pelo poder simbólico das instituições que buscam suas manutenções. Com isso, fica evidente que a maternidade ainda é um relevante papel atribuído à figura feminina.

Nos cenários apresentados nesta monografia, uma característica aparece latente, a presença da violência, seja ela simbólica, institucional ou psicológica. A mulher vive cercada de expectativas idealizadas sobre ela. Ou seja, a mulher não possui voz própria, vontade própria ou é senhora de seu destino, e quando o faz, passa por um terrível julgamento moral.

O presente trabalho quer discutir justamente a forma como esse julgamento moral se encontra implícito nas narrativas jornalísticas em um contexto em que a mulher é a agressora. Para isso, selecionamos o contexto de filicídio, definido pelo crime em que a mãe é responsável pela morte do próprio filho.

Neste capítulo discorreremos brevemente sobre o histórico do crime de filicídio no Brasil, suas particularidades e apresentamos os casos aqui em estudo.

Responsáveis pela morte dos próprios filhos, as autoras do filicídio destroem a maior ambição social que transcende sua categoria: ser mãe. O mito da maternidade,

explorado nos tópicos anteriores, e os outros estereótipos aos quais a mulher tem que corresponder em busca de validação, são construções.

No Código Penal Brasileiro, em seu capítulo 1, dedicado aos “crimes contra a vida”, e no artigo 123, trata sobre o infanticídio, caracterizando-o como:

Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após: Pena - detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. (Brasil, CPB, art. 123, 2008)

Porém, como mencionado, aqui abordamos casos de infanticídio, relativos a crimes contra maiores de seis anos. Nos casos analisados, as mães filicidas são acusadas de homicídio com qualificadores. Vejamos a definição de homicídio qualificado a partir do artigo 121 do Código Penal Brasileiro:

Homicídio simples

Art 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de

Um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo fútil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos.

Tais ferramentas da lei são utilizadas para punir essas mães filicidas. Os casos analisados possuem a acusação de homicídio qualificado entre as suas similaridades,

mas também são dois casos em que as mães deram queixa do desaparecimento dos próprios filhos e depois confessaram a autoria dos crimes. Abaixo uma breve descrição dos objetos de análise da monografia:

CASO RAFAEL WINQUES (2020)

Rafael Winkes, 11 anos, foi encontrado morto no dia 26 maio de 2020 pela mãe, Alexandra Dougokenski, na cidade de Planalto - norte do Rio Grande do Sul. Foi ela quem prestou queixa do desaparecimento do filho no dia 15 de maio de 2020. Porém, cerca de 10 dias após o ocorrido, e de ampla cobertura midiática sobre o crime, a mãe confessou a autoria do crime e conduziu os policiais até o local onde o corpo estava. O cadáver estava dentro de uma caixa de papelão no terreno vizinho a casa da família.

Alexandra afirma ter dado ao filho dois comprimidos de Diazepam, com o intuito de que o jovem dormisse, pois eram rotineiras as noites de passava em claro jogando em seu aparelho celular. Porém, a perícia criminal, noticiada cerca de um mês após a localização do corpo, demonstrava indícios de de asfixia mecânica. Alexandra foi então presa e é acusada pelos crimes de homicídio qualificado, ocultação de cadáver, falsidade ideológica e fraude processual. O julgamento ainda não ocorreu.

CASO MIGUEL DOS SANTOS RODRIGUES

Miguel dos Santos Rodrigues, 7 anos, foi dado como desaparecido em 29 de julho de 2021, quando a mãe Yasmim Vaz dos Santos Rodrigues foi até a delegacia de Tramandaí notificar o desaparecimento do filho, em Imbé. Após incongruências no depoimento e buscas pelo garoto, a mãe confessou a autoria do crimes. Yasmim dopou o garoto e lhe pôs dentro de uma mala de viagem que foi conduzida até o Rio Tramandaí, onde foi atirada.

O corpo do menino nunca foi encontrado. Mas a mãe e a companheira Bruna Nathiele Porto da Rosa, que estava junto na noite do crime, estão presas. Ambas foram indiciadas e vão a julgamento popular por homicídio triplamente qualificado, tortura e ocultação de cadáver.

Ambos casos recentes e ocorridos em terras gaúchas. Porém, as informações em análise pertencem a um contexto a ser considerado, como o cotidiano de vida das mulheres gaúchas. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do RS, 27 casos

de feminicídio foram registrados no primeiro trimestre de 2022, um aumento de 35% no número de ocorrências quando comparado ao mesmo período de 2021, quando houve 20 ocorrências do crime.

Em pesquisa realizada pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS), divulgada em janeiro de 2022, é possível traçar um perfil das vítimas e dos agressores no estado. Cerca de 69% dos casos envolvem ex ou atuais companheiros da vítima e 58% dos crimes ocorrem dentro da casa das vítimas. Porém, 86% das vítimas não possuíam Medidas Protetivas de Urgência (MPUs). A maioria dos agressores (78%) possui entre 18 e 43 anos, enquanto 50% das vítimas possuem entre 20 e 38 anos.

Segundo o Mapa dos Feminicídios, estudo realizado pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, em 2021, das 96 mulheres vitimadas por crimes de gênero, 63 tinham filhos. Somando 129 crianças que perderam a mãe para o feminicídio no estado.

5 ANÁLISE DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS EM CASOS DE FILICÍDIO COMETIDOS PELA MÃE

Este capítulo é dedicado à análise das narrativas jornalísticas, presente em matérias veiculadas pelo portal de notícias G1 RS. São examinados os casos de filicídio que vitimaram Rafael Winkes, em 2020, e Miguel dos Santos Rodrigues (2021).

A motivação para a alocação do objeto de análise dentro do universo do crime de filicídio se mostrou muito lógica. O filicídio, quando cometido pela mãe, é um crime de muito impacto social, por representar um rompimento com a premissa principal do espaço concedido à mulher na sociedade, a reprodução. Espaço este que, como aprofundamento ao longo do trabalho, foi povoado por características esperadas da figura feminina, portanto, a mãe deve ser amorosa, carinhosa, pura, querida e dócil. Logo, o filicídio quebra com esse estereótipo social, gerando uma comoção pública e uma ampla cobertura.

Os homicídios de Rafael e Miguel foram escolhidos pela proximidade temporal, por apresentar mães que confessaram a autoria do crime, pelas acusações - ambas respondem às acusações de homicídio qualificado - por serem os crimes de maior cobertura regional nos últimos cinco anos, em que a mãe foi a agressora.

A opção pelas matérias de G1 se deve ao posicionamento do veículo, que se apresenta como um portal de notícias online que dá ênfase nos assuntos locais, do estado do Rio Grande do Sul.

5.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A análise das narrativas jornalísticas está embasada em artigo de Luiz Gonzaga Motta (2008), contido no livro 'Metodologia de Pesquisa em Jornalismo', organizado por Cláudia Lago e Marcia Benetti. O modelo de análise foi selecionado pela possibilidade de avaliação de um grupo de peças jornalísticas, buscando, além das considerações singulares de cada matéria, compreender posicionamentos jornalísticos intrínsecos à narrativa, que só podem ser distinguidos no acúmulo de conteúdo noticioso realizado pela sequenciação de notícias de um mesmo tema.

Para a compreensão de como é estruturada a análise proposta por Motta (2008), é necessário que algumas conceituações sejam brevemente realizadas. O autor define a narrativa proposta:

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas no mundo. (MOTTA, 2008, p. 143)

À capacidade de ordenação das narrativas, Motta (2008, p.143) dá o nome de 'narratividade', como sendo "a enunciação dos estados de transformação que organiza o discurso narrativo, produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos". Assim, através da narratividade, a exposição textual integra passado, presente e futuro, contribuindo para a compreensão humana, que primitivamente já percebe a realidade como uma grande narrativa.

Essa área do conhecimento faz parte da 'narratologia', área de pesquisa que reúne a teoria da narrativa e estudo, do ramo das ciências humanas, que buscam compreender os sistemas narrativos da sociedade. A 'narratologia' tem o objetivo de "compreender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da compreensão e expressão narrativa da realidade, inclusive através da mídia". (MOTTA, 2008, p.144)

Quando as narrativas se interseccionam com a mídia, obtemos narrativas jornalísticas ou midiáticas, que reproduzem a atualidade através de fragmentos imersos na narratividade, como se cada notícia fosse a prenúncio de um estado de transformação. Como aponta Motta (2008, p.147) "as notícias são fragmentos desconexos de sentido,

difícilmente contam uma história completa. As notícias são assim fragmentos dispersos e descontínuos de significações parciais”.

Porém, mesmo ilustrando uma desconexão de sentido com o todo, o autor mesmo complementa:

A organização narrativa dos discursos midiáticos, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contexto pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente e inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário. (MOTTA, 2008, p.144)

Ao adicionar a consciência na produção jornalística é possível visualizar o ofício com muito mais verdade, o que contribui para a consolidação da intencionalidade como uma das características das narrativas jornalísticas, e a distância da esperada objetividade neutra. Toda e qualquer narrativa possui um propósito, não existindo nenhuma narrativa ingênua, como aprofunda Motta (2008, p.164):

A narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral. Os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem alguns preceitos éticos ou morais, alguma lei, algum consenso cultural. A notícia representa sempre uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável.

A intencionalidade com que o discurso jornalístico é produzido, em adição com noticiabilidade de rupturas em padrões consolidados dentro do contexto social, abre premissa para a grande reflexão desta análise. Ao analisarmos um grupo de matérias é perceptível as profundezas das narrativas, qual é a intenção de sua produção e qual é o seu papel ao noticiar tal ruptura. Motta (2008, p. 162) aponta que as matérias, justamente por serem fragmentos de um acontecimento, possuem inúmeras brechas, que são fundamentais para a consolidação da relação entre emissor e receptor, para refletir nesse ponto o autor cita Iser (1999):

Como nenhuma história pode ser contada na íntegra, o próprio texto é pontuado por lacunas e hiatos que têm de ser negociados no ato da leitura. Tal negociação estreita o espaço entre texto e leitor, atenua a assimetria entre eles, uma vez que por meio dessa atividade o texto é transportado para a consciência do leitor. Se a estrutura básica do texto consiste em segmentos

determinados interligados por conexões indeterminadas, então o padrão textual se revela um jogo, uma interação entre o que está expresso e o que não está. O não expresso impulsiona a atividade de constituição de sentido, porém sob o controle do expresso. Expresso esse que também se desenvolve quando o leitor produz sentido indicado.

O material jornalístico atua como um construtor do cenário, enquanto os receptores, ou consumidores de notícias, precisam nutrir esse cenário com significados. Motta (2008, p.163) descreve o processo

O leitor, ouvinte ou telespectador realiza a fusão de horizontes de expectativas porque precisa e busca encadear os fragmentados episódios das notícias com difusas histórias de sua vida, repondo continuamente o ato de representação na cultural, no mundo da vida.

Essa reconstrução histórica praticada pelo leitor ao entrar em contato com a peça jornalística ocorre na mobilização dos símbolos e significados presentes no que Motta (2008) chama de 'memória cultural', algo semelhante ao 'acervo social' descrito por Berger e Luckmann (1966) nos itens anteriores. Portanto, o texto atua como ponte entre o jornalista e o consumidor, e a construção da comunicação é de responsabilidade de ambos, do jornalista ao veicular a informação e do consumir ao interpretá-la mobilizando seu conhecimento simbólico e cultural prévio. Motta (2008, p.166) segue sua reflexão:

As fábulas contadas e recontadas pelas notícias diárias revelam os mitos mais profundos que habitam metanarrativas culturais mais ou menos integrais do noticiário: o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, e assim por diante. São essas, na verdade, as grandes metanarrativas culturais que o jornalismo nos conta diariamente.

O autor (2008), portanto, compreende que ao analisarmos um grupo de notícias, é possível entrar em contato com a intencionalidade presente nas narrativas jornalísticas. Intencionalidade esta que está vinculada com a manutenção das metanarrativas acima mencionadas.

5.1.1 Descrição dos tópicos de análise:

Para a elaboração de um modelo prático de análise das narrativas jornalísticas, Motta (2008) indica seis movimentos norteadores para o processo, aqui utilizados como roteiro e categorias individuais de reflexão no exame das narrativas. São eles:

| | |
|---|--|
| 1° movimento: Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico | Seleção das notícias para a análise compreendendo que a partir da criação de uma nova seleção, esta será uma recomposição do fato original. |
| 2° movimento: Identificação de conflitos e da funcionalidade dos episódios | Identificação dos conflitos principais e secundários, e determinação da função individual de cada item selecionado para compor a nova narrativa. |
| 3° movimento: A construção de personagens jornalísticas (discursivas) | Identificação e descrição dos personagens, da atribuição e dos papéis ocupados na narrativa. |
| 4° movimento: Estratégias Comunicativa | Compreensão de como a narrativa constrói o efeito do real; compreensão da presença de efeitos poéticos, ou seja, elementos que estimulam sentimento ao longo da narrativa. |
| 5° movimento: A relação comunicativa e o “contrato cognitivo” | Identificação do foco narrativo (qual é o ponto de vista em que a história é narrada?), reflexão sobre a relação da narrativa com o narrador, identificação de elementos de contexto material e sociocultural. |
| 6° movimento: Metanarrativas - significação de fundo moral ou fábula da história | Reflexão sobre quais significados foram percebidos como pano de fundo para a evolução da narrativa. |

Tais movimentos constituem o princípio da análise das narrativas jornalísticas baseada em matérias veiculadas no portal de notícias online G1 RS sobre os casos de filicídio dos meninos Rafael Winkes (2020) e Miguel dos Santos Rodrigues (2021). A sustentação da análise se apoia nos conceitos de representação de Moscovici e nas noções de construção da maternidade esboçadas por Elisabeth Badinter.

5.1. 2 Apresentação do corpus da análise

Dentre os dois casos de filicídio analisados - o caso de Miguel dos Santos Rodrigues (ocorrido em 2021) e o caso de Rafael Winkes (ocorrido em 2020) - foram

previamente selecionadas amostras contendo cinco matérias publicadas pelo portal de notícias online G1, na página de conteúdos restrita ao Rio Grande do Sul. Tais peças jornalísticas foram selecionadas utilizando alguns princípios norteadores, como os marcos temporais de começo e fim do processo investigativo, a apresentação de novas evidências nos casos e a presença de conteúdos contextuais.

A partir desses pontos norteadores, abaixo serão apresentadas as matérias do G1 RS selecionadas para compor as amostras de ambos os casos para a análise posterior:

CASO MIGUEL:

Matéria 1:

Título: Mulher é presa suspeita de matar filho e jogar corpo no rio em Imbé

Subtítulo: Segundo a polícia, criança sofria tortura física e psicológica. Corpo de Bombeiros faz buscas para encontrar o corpo.

Data de Publicação: 30/07/2021

Sinopse: A matéria é baseada na entrevista com o Delegado Antônio Carlos Rackz, que atua da DDAA de Tramandaí, onde a mãe formalizou uma denúncia do desaparecimento do filho, Miguel dos Santos Rodrigues, no dia 29/07/2021. O conteúdo da peça jornalística descreve o contato do delegado com a mãe, suas percepções, e a identificação da não veracidade da história contada por Yasmim Vaz dos Santos Rodrigues, que foi à unidade policial acompanhada de Bruna Nathiele Porto da Rosa, sua companheira.

Matéria 2:

Título: Vídeo divulgado pela polícia mostra conversa entre companheira da mãe e menino morto em Imbé

Subtítulo: Segundo a Polícia Civil, imagens e conversas encontradas nos celulares apreendidos comprovam crimes que levaram à morte da criança. Bombeiros seguem buscas pelo corpo do menino. Mãe confessou que jogou a criança no rio. As duas estão presas.

Data de publicação: 02/08/2021

Sinopse: A matéria apresenta e descreve o conteúdo de um vídeo, identificado no celular de Bruna da Rosa (companheira de Yasmim Rodrigues, mãe de Miguel), onde Bruna aparece tendo uma conversa. O conteúdo, assim como fotos de conversas de WhatsApp entre Bruna e Yasmim e entre Bruna e sua irmã, foram divulgados pela Polícia Civil.

Matéria 3:

Título: 'Sentimento de impotência', diz pai de menino morto pela mãe em Imbé

Subtítulo: João Pedro Ewert, de 28 anos, mora em Santa Catarina e não tinha contato com o filho. Ao G1, ele contou que não fazia ideia de que Miguel sofria maus-tratos.

Data de publicação: 04/08/2021

Sinopse: O conteúdo traz o depoimento do pai de Miguel dos Santos Rodrigues, além de descrever como era a relação dele com o filho e com a ex-namorada, Yasmim Rodrigues (mãe de Miguel).

Matéria 4:

Título: Sangue encontrado em camiseta e corrente é de menino morto pela mãe em Imbé, diz perícia

Subtítulo: Amostras foram comparadas ao material genético da mãe, que está presa pelo crime, assim como a companheira dela. Polícia Civil indiciou suspeitas pelos crimes de tortura, homicídio e ocultação de cadáver. Bombeiros ainda buscam por corpo no Litoral Norte do RS.

Data de publicação: 12/08/2021

Sinopse: Apresentação de novas evidências encontradas pela Polícia Civil no apartamento onde Miguel vivia com a mãe, Yasmim, neste caso foram encontradas uma camiseta e uma corrente sujas com o sangue do menino.

Matéria 5:

Título: Mãe e companheira vão a julgamento por tortura, morte e ocultação de cadáver de menino de 7 anos em Imbé

Subtítulo: Miguel dos Santos Rodrigues desapareceu em julho do ano passado. Polícia Civil e Ministério Público concluíram que Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues e Bruna Nathiele Porto da Rosa jogaram o corpo no rio em uma mala, que não foi encontrado. A defesa alega inocência.

Data de publicação: 11/02/2022

Sinopse: A matéria noticia a decisão da Polícia Civil e do Ministério Público de enviar Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues e Bruna Nathiele Porto da Rosa à júri popular pelos crimes de homicídio triplamente qualificado, tortura e ocultação de cadáver.

CASO RAFAEL:

Matéria 1:

Título: 'Só queremos ele de volta', diz mãe de menino que desapareceu há 10 dias em Planalto; investigação segue sem pistas

Subtítulo: Rafael Mateus Winkes, de 11 anos, não é visto desde o dia 15 de maio. Ele foi dormir e na manhã seguinte não estava mais em casa. Família pede ajuda para localizá-lo.

Data de Publicação: 25/05/2020

Sinopse: Matéria aborda o desaparecimento de Rafael Winkes, 11 anos, na cidade de Planalto, norte do Rio Grande do Sul. A reportagem traz depoimentos da mãe do menino, que denunciou o desaparecimento.

Matéria 2:

Título: Encontrado corpo de menino desaparecido havia 10 dias no RS; mãe confessou o crime à polícia

Subtítulo: Ele foi localizado às 17h30. Segundo a Chefe de Polícia Civil, Nadine Anflor, Alexandra Dougokenski confessou ter dado medicamento a Rafael Mateus Winkes, de 11 anos.

Data de Publicação: 25/05/2020

Sinopse: A narrativa detalha o encontro do corpo de Rafael após a confissão da autoria do crime realizada pela mãe, Alexandra Dougokenski.

Matéria 3:

Título: Após mãe dizer que deu remédio, laudo aponta estrangulamento em morte de menino de 11 anos em Planalto

Subtítulo: Corpo de Rafael Mateus Winkes foi encontrado na segunda-feira (25) após mãe ter mostrado à polícia onde deixou o cadáver. Ela alega que deu medicamentos para o filho se acalmar. Laudo foi divulgado na manhã desta terça (26).

Data de Publicação: 26/05/2020

Sinopse: A matéria traz a apresentação de laudo pericial apontando a causa da morte de Rafael como sendo asfixia mecânica. Até então se trabalhava com a versão contada pela mãe, de morte através da ingestão medicamentosa.

Matéria 4:

Título: Menino morto em Planalto descreve mãe como 'maravilhosa' em trabalho escolar

Subtítulo: Alexandra Dougokenski disse à polícia que deu medicamentos ao filho Rafael Winkes. Ela alega que não a intenção de matá-lo. Laudo preliminar aponta estrangulamento como causa da morte.

Data de Publicação: 01/06/2020

Sinopse: Apresentação de trabalhos da escola realizados por Rafael Winkes relacionados à mãe. A matéria detalha também o impacto do crime da pequena cidade de Planalto.

Matéria 5:

Título: Mãe que confessou matar filho em Planalto é indiciada por homicídio triplamente qualificado, diz polícia

Subtítulo: Alexandra Dougokenski também responderá por ocultação de cadáver e falsidade ideológica. Autoridades disseram que ela admitiu ter matado o filho de 11 anos, Rafael Mateus Winkes

Data de Publicação: 02/07/2020

Sinopse: Matéria detalha as acusações contra Alexandra Dougokenski e relembra todo o andamento dos investigações do caso, além de apresentar alguns reflexos do ocorrido dentro da comunidade de Planalto.

5.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

Neste tópico são desenvolvidas as análises das amostras referidas do tópico 5.2, baseadas no método de Análise das Narrativas Jornalísticas, desenvolvido por Motta (2008), e descrito no tópico 5.1

5.2.1 ANÁLISE DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS - CASO MIGUEL

Iniciando a trajetória pelo **1º movimento**, '**Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico**', tal processo já foi realizado e pode ser visualizado no item 5.2, onde as matérias selecionadas para compor a amostra de análise do caso Miguel já estão devidamente descritas. Foquemos no **2º movimento**, '**Identificação de conflitos e da funcionalidade dos episódios**', onde realizamos a determinação da função e da motivação para a presença de cada matéria nesta análise, a identificação de conflitos é possível somente após certa reflexão sobre os itens analisados, mas será retomada.

Abaixo a descrição da funcionalidade de cada uma das 5 narrativas jornalísticas que aqui em análise:

MATÉRIA 1 - Foi a primeira matéria publicada sobre o caso, introduz o contexto do crime e ilustra a confissão da mãe.

MATÉRIA 2 - Por conter apresentação de evidências policiais vinculadas diretamente à companheira da mãe. Buscando compreender de que forma a mãe foi inserida nessa narrativa que liga uma outra pessoa ao crime.

MATÉRIA 3 - Este é um conteúdo puramente contextual, pois o pai não era uma figura presente no cotidiano da família, é interessante a reflexão sobre qual o seu papel dentro dessa narrativa.

MATÉRIA 4 - Uma matéria sem fontes diretas, somente indiretas, sendo todas órgãos vinculados ao eixo polícia-justiça, além de apresentar novas provas para o caso.

MATÉRIA 5 - É a concretização das denúncias da Polícia Civil e do Ministério Público, além de relembrar o caso e destrinchar os motivos para cada acusação.

No **3º movimento**, '**A construção de personagens jornalísticas**', apresentaremos os personagens, com citações diretas nas narrativas selecionadas ou envolvidos no ato de filicídio em si.

Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues - Mãe de Miguel e acusada de executar o menino.

Bruna Nathiele Porto da Rosa - Companheira de Yasmim e madrasta de Miguel, igualmente acusada de executar Miguel.

Antônio Carlos Rackz - Delegado responsável pelo crime e alocado na DPPA de Tramandaí. É um personagem central para a compreensão do andamento da história, por ser citado diretamente em várias ocasiões.

Miguel dos Santos Rodrigues - Menino de 7 anos, filho de Yasmin e João Pedro. Miguel foi morto ao ser medicado, conduzido dentro de uma mala e atirado no Rio Tramandaí, na divisa entre as cidades de Tramandaí e Imbé.

João Pedro Ewert - Pai de Miguel, porém sem convívio com a família. João Pedro não registrou Miguel como seu filho pois queria exame de DNA para fazê-lo.

No **4º movimento, 'Estratégias Comunicativas'**, nos debruçamos sobre as ferramentas utilizadas para a construção do real e dos efeitos poéticos na narrativa. Ao verificar como a figura da mãe filicida é representada nessas narrativas buscamos sempre dar ênfase para as estratégias comunicativas que de alguma forma impactam na imagem da figura materna nas amostras de matérias selecionadas.

Inicialmente, abordamos uma amostra de narrativas onde que duas mulheres são igualmente acusadas pela autoria da morte de Miguel, sendo elas Yasmin (mãe) e Bruna (companheira da mãe). Porém existe uma maior ênfase, nas cinco narrativas, da figura da mãe. Mesmo em contextos onde a participação de Yasmin no ocorrido **não** seria o destaque da narrativa, Bruna é representada, em praticamente todas as situações onde a narrativa se dirige à ela, como 'companheira da mãe', ou seja, sempre dando ênfase a mãe, construindo um espaço de falso protagonismo, já que ela não é a única acusada. .

Para ilustrar essa tendência contabilizamos quantas vezes em cada matéria a narrativa faz referência a ambas e como estas são chamadas:

MATÉRIA 1: Esta é a primeira matéria veiculada sobre o caso de Miguel. Nela, Yasmin é referida em 15 ocasiões, sendo em sete definida pelo termo 'mulher', em três por 'ela', em duas por 'mãe', e em uma pelos termos 'Yasmin' e 'psicopata'. Bruna é referenciada em duas ocasiões, ambas pelo termo 'companheira', seu nome não é citado na matéria.

MATÉRIA 2: Essa matéria aborda um vídeo divulgado pela Polícia Civil, e anexado como prova do envolvimento de Bruna na morte de Miguel, em que ela e o garoto estão

conversando. Bruna diz ao menino que caso a mãe (Yasmim) chegue em casa e ele faça xixi, ela afirma que “Te desmonto a pau. Eu te desmonto, eu te desmonto, eu te desmonto e tu vai sair todo quebrado, se tu se mijar eu pego o teu mijo e esfrego na tua cara. Tu tá entendendo? E vai ser bem tranquilo pra mim”.

Dentro desse contexto, onde está sendo noticiado um vídeo em que Bruna aparece conversando com Miguel, foram feitas 11 referências diretas e indiretas a Yasmin ao longo desta matéria, dentre as palavras utilizadas para realizar a referência à Yasmin estão: mãe, presa e Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues. Quanto a Bruna, também foram feitas 11 referências diretas e indiretas, destas sete a citam como ‘companheira da mãe. Outras palavras utilizadas para realizar a referência à Bruna nesta narrativa foram: presa, mulher e companheira da mulher. Ou seja, novamente, o nome de Bruna não foi citado uma única vez ao longo desta matéria.

Portanto, em uma matéria construída em torno de uma evidência que relaciona a morena ao caso, seu nome não foi citado, e todas as referências feitas a principal relacionada com o fato noticiado foram através de ‘companheira da mãe’.

MATÉRIA 3: Nesta narrativa Yasmin é referida seis vezes, sendo duas através do termo ‘mãe’ e outras quatro pelo nome próprio. Esta matéria não faz referência à Bruna, por tratar da relação do pai de Miguel, João Pedro Ewert, com Yasmin e com o filho.

MATÉRIA 4: Ao longo desta matéria existem sete referências à Yasmim, sendo cinco delas através do termo ‘mãe’, e em um momento trata ela como ‘suspeita’ e ‘presa’. Bruna aparece em cinco momentos da narrativa, em duas identificada como ‘companheira da mãe’ e uma vez como ‘suspeita’, ‘Bruna Nathiele Porto da Rosa’ e ‘presa’. Primeira narrativa onde o nome de Bruna aparece completo.

MATÉRIA 5: Nesta narrativa Yasmin foi referenciada em 14 ocasiões, sendo em cinco representada pelo termo ‘mãe’, três pelo seu nome ‘Yasmin’, duas como ‘mulher’, uma vez por: ‘Yasmim Vaz dos Santos Rodrigues’, ‘denunciada’, ‘ela’ e ‘acusada’. Bruna foi identificada ao longo da narrativa 11 vezes, sendo em duas pelo termo ‘companheira’, duas pelo seu nome ‘Bruna’, duas pelo termo ‘mulher’, e uma vez por: ‘Bruna Nathiele Porto da Rosa’, ‘denunciadas’, ‘ela’, ‘acusada’ e ‘madrasta’.

Através do descrito acima é possível identificar que existe uma prevalência da representação da figura materna em todas as narrativas. Enquanto Bruna é amplamente

representada apenas como 'companheira', e tem seu nome completo presente em somente duas das cinco narrativas analisadas - mesmo possuindo iguais acusações, portanto igual participação na consolidação da morte de Miguel.

É importante a notificação de que o termo 'mãe' aparece como referência a Yasmin ao longo das narrativas mais vezes que o seu nome: Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues. O que pode demonstrar uma possível despersonalização proposital da personagem, trazendo para narrativa um teor mais amplo, não tão restrito ao caso. Ao vincular um caso tão grave a um termo de tão fácil associação como 'mãe', amplia-se a narrativa de forma que seja simples a compreensão do porque o filicídio fere os paradigmas sociais de forma tão potente.

Outra evidência disso, é que ao longo de todas as referências ao termo mãe, praticamente todas se encontram em frases impactantes, que relatam detalhes da morte, novas evidências ou que relembram o caso. É possível exemplificar essa tendência nos seguintes trechos das narrativas analisadas:

Matéria 1:

“O delegado destaca que a criança sofria tortura física e psicológica por parte da mãe.”

Matéria 2:

“Mãe confessou que jogou a criança no rio.”

“O menino foi morto e jogado no Rio Tramandaí pela própria mãe, que já foi presa.”

Matéria 3:

“diz pai de menino morto pela mãe em Imbé.”

“O pai do menino Miguel dos Santos Rodrigues, de sete anos, medicado e morto pela mãe em Imbé.”

Matéria 4:

“Sangue encontrado em camiseta e corrente é de menino morto pela mãe em Imbé, diz perícia.”

“Amostras foram comparadas ao material genético da mãe, que está presa pelo crime.”

“Miguel, de sete anos, está desaparecido e a mãe dele, Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues, está presa após confessar que dopou e jogou o filho no Rio Tramandaí.”

Matéria 5:

“Mãe e companheira vão a julgamento por tortura, morte e ocultação de cadáver de menino de sete anos em Imbé.”

“A mãe do menino Miguel dos Santos Rodrigues, de sete anos, Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues, e a companheira dela, Bruna Nathiele Porto da Rosa, vão a julgamento popular por homicídio triplamente qualificado, tortura e ocultação de cadáver, em Imbé, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.”

“A mãe admitiu que a criança foi morta e atirada no Rio Tramandaí dois dias antes.”

“A investigação revelou que a mãe e madrasta de Miguel andaram cerca de dois km com uma mala em que estaria o corpo do menino.”

“Nas consultas, a mãe do menino buscava informações se “digitais humanas saem na água salgada do mar”.

Como é perceptível através dos trechos acima, o termo ‘mãe’ geralmente está associado à descrição do crime, ou a frases impactantes. O que nos propõem uma reflexão, a inserção de um termo tão romantizado como ‘mãe’ em uma sentença que apresenta atos violentos ou prisão, desenha uma dualidade. Por que não utilizar o nome da agressora ao fazer referência à agressão? Porque poluir um termo tão puro e amoroso? Justamente para gerar um impacto na opinião pública, ou gerar um efeito poético, como Motta (2008) desenha para o 4º movimento da análise das narrativas jornalísticas. Conseguimos compreender que tal estratégia comunicativa é utilizada, entre outras finalidades que serão desenvolvidas mais à frente, para gerar comoção e despertar emoções no público.

Além da constante escrita do termo ‘mãe’ associado aos elementos mais intensos da narrativa, existem outras estratégias comunicacionais acionadas para a construção do efeito poético, ou seja, da emoção, na narrativa. Dentre elas podemos destacar algumas das imagens utilizadas para ambientar as matérias. Nas cinco peças jornalísticas analisadas do caso Miguel, aparecem um total de 16 fotos, dentre elas, selecionamos algumas, nos baseando pela descrição dos movimentos sugerida por Motta (2008), abaixo apresentamos as imagens e a forma como auxiliam na composição da narrativa:

Imagem 1:



Foto: Reprodução/RBS TV

A imagem 1 apresenta Miguel dos Santos Rodrigues, de sete anos, deitado em uma cama, cercado por elementos coloridos e com um ursinho de pelúcia. A criança está coberta e agasalhada, dando a impressão de que se tratava de um dia de inverno, além de estar segurando um livro que parece ser didático. A imagem apareceu em três das cinco matérias analisadas, nas três oportunidades ela contava com a seguinte legenda: “Miguel foi morto pela mãe e teve corpo atirado no Rio Tramandaí, em Imbé, segundo a polícia”.

O contexto da imagem, com os elementos domésticos, as cores, o livro e o ursinho de pelúcia trazem uma ideia de fragilidade, bem particular da infância. A foto foi tirada de cima, reforçando a inocência e construindo uma ideia de submissão. Igualmente, o semblante da criança é neutro, mas um pouco melancólico, ao contrastar com as cores à sua volta. A imagem retrata a inocência e a vulnerabilidade. Mas ao entrar em contato com a legenda, e com a narrativa gera um forte apelo emocional e uma consequente comoção da opinião pública.

Imagem 2:



Foto: Divulgação

Nesta imagem aparecem Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues (mãe de Miguel) e a companheira Bruna Nathiele Porto da Rosa. Essa fotografia só foi vinculada em uma das cinco narrativas analisadas, sendo esta a narrativa de número 5, intitulada “Mãe e companheira vão a julgamento por tortura, morte e ocultação de cadáver de menino de sete anos em Imbé”, com a legenda “Yasmin Vaz dos Santos Rodrigues e Bruna Nathiele Porto da Rosa”.

Na foto Yasmin se encontra a frente de Bruna, posicionamento que reflete a centralização da narrativa ao redor da mãe, colocando a companheira em um espaço secundário. O semblante de felicidade de ambas contrasta com a melancolia no semblante de Miguel na fotografia anterior. O que passa uma mensagem de que na narrativa da morte do filho, a mãe está feliz, e a criança evidentemente, triste. A legenda apenas sinaliza quem são as pessoas presentes na foto, com o nome completo, opção não comum na narrativa analisada, que prefere tratar ambas como ‘mãe’ e ‘companheira da mãe’.

As imagens foram utilizadas como ferramentas não-textuais para a atribuição de mais uma camada de sentido na narrativa, as diferenças entre as representações de agressor e agredido tornaram isso visível. Além da constante presença de Miguel nas narrativas e a restrita presença da fotografia das agressoras, mais uma vez

endossando a construção de uma mãe despersonalizada, não focada somente na atitude de Yasmin.

No 5º movimento, 'A relação comunicativa e o contrato cognitivo', voltamos a atenção para os elementos que constroem o foco narrativo e elementos que contextualizam material e sócio-culturalmente a narrativa. Introduzimos a análise no primeiro contato do leitor com a narrativa, o título.

MATÉRIA 1:

Título: Mulher é presa suspeita de matar filho e jogar corpo no rio em Imbé

MATÉRIA 2:

Título: Vídeo divulgado pela polícia mostra conversa entre companheira da mãe e menino morto em Imbé

MATÉRIA 3:

Título: 'Sentimento de impotência', diz pai de menino morto pela mãe em Imbé

MATÉRIA 4:

Título: Sangue encontrado em camiseta e corrente é de menino morto pela mãe em Imbé, diz perícia

MATÉRIA 5:

Título: Mãe e companheira vão a julgamento por tortura, morte e ocultação de cadáver de menino de 7 anos em Imbé

Como destacamos nos títulos das matérias selecionadas para a análise, alguns termos, ou desdobramentos deles (como no caso da matéria 1), estão presentes em todos os títulos, são eles: 'mãe', 'morte', 'menino', 'Imbé'. A repetição do termo 'mãe' indica a concentração da narrativa na figura da mãe. Esse foco narrativo é perceptível até ao comparar a prevalência do termo 'mãe', que aparece no título de todas as narrativas, com o termo 'companheira', que está em apenas uma narrativa. O termo 'morte' descreve o ato em si; 'menino' reforça a construção da ideia de fragilidade e inocência, pois traduz que se trata de um indivíduo de pouca idade. A descrição do local, centrada no termo 'Imbé', é fundamental para a construção do contexto físico/material na narrativa, além de

contribuir para com o efeito do real. Através dessa constante reafirmação do local onde aconteceu o fato, a narrativa se torna mais plausível, palpável e de maior credibilidade.

A constante reafirmação do local onde ocorreu o caso é inclusive extremamente presente ao longo das narrativas, nomes de cidades (Imbé, Tramandaí, Porto Alegre, Torres e Nova Prata) foram mencionados 21 vezes nos cinco textos examinados. A cidade de Imbé, normalmente, ainda contava com o acompanhamento 'no Litoral Norte do Rio Grande do Sul', buscando localizar ainda mais o leitor. Como o caso Miguel contou também com intensas buscas dos Bombeiros pelo corpo do menino nos arredores do Rio Tramandaí, na divisa entre Tramandaí e Imbé, um mapa foi vinculado em uma nas narrativas buscando contribuir com o senso de realidade do leitor:

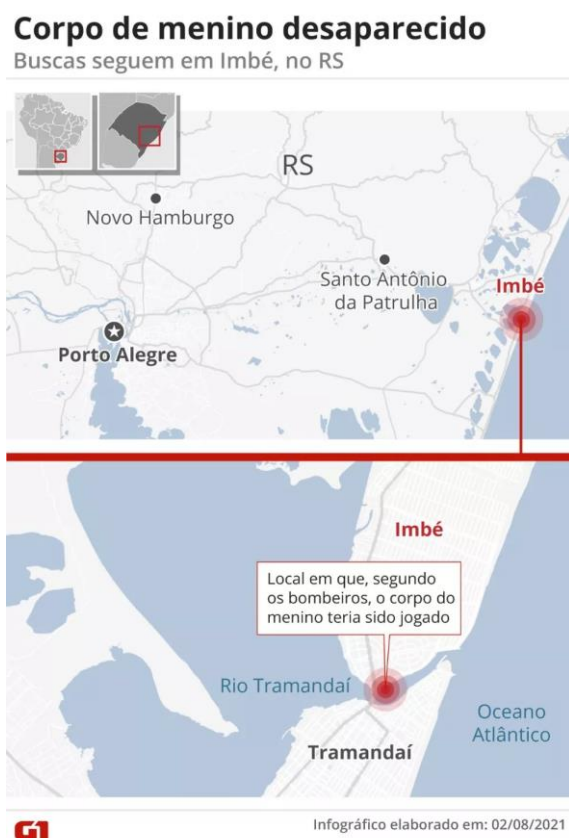


Foto: G1/Arte

Retomando as análises do enfoque narrativo, percebemos a ênfase na figura materna também na estrutura das matérias dentro do portal de notícias (G1 RS). Ao longo da narrativa o G1 RS costuma indicar ao leitor matérias com temáticas semelhantes para

a leitura, buscando retê-lo durante mais tempo no site, nas narrativas selecionadas para a análise do caso Miguel, essas foram as matérias sugeridas:

Matéria 1:

Não possui

Matéria 2:

Relembra caso do menino Henry, morto após agressões do padrasto

Em MG, polícia indiciou pais por morte de criança; mãe confessou ter agredido filha com tapas e murros

Matéria 3:

Entenda o caso: menino morto pela mãe em Imbé

Avó de Miguel tinha feito pedido de guarda da criança

Menino era obrigado a escrever frases ofensivas em caderno

Matéria 4:

Entenda o caso: Menino morto pela mãe em Imbé

Matéria 5:

Entenda o caso: Menino morto pela mãe em Imbé

Os 10 crimes que chocaram o RS na última década

Companheira atribui a mãe responsabilidade pela morte do menino

Veja como foi reconstituição do caso

Novamente, temos uma ideia geral da prevalência da figura da mãe na narrativa. Temos a associação com crimes semelhantes, onde existe a presença de uma figura masculina na narrativa, mas majoritariamente são matérias relacionadas ao caso Miguel. Categorizando-as podemos dividi-las entre atualizações do caso (como o depoimento da avó, da companheira e a apresentação, pela Polícia Civil, do caderno encontrado no apartamento onde Miguel e Yasmin viviam), retomada de informações ('Entenda o caso' e 'Veja como foi a reconstituição do caso') e entretenimento ('Os 10 crimes que mais chocaram o RS na última década'). Pela constância da cobertura, com atualizações

disponíveis nas matérias relacionadas, e pelo caso estar presente até em matérias de entretenimento, é possível perceber que o caso Miguel se tornou um assunto de ampla relevância e interesse do público do portal G1 RS - o que justifica a presença de tantas matérias buscando relembrar o caso, como 'Entenda o caso'.

Além das matérias relacionadas, outro ponto de análise importante para a consolidação do foco narrativo são as citações em destaque nas matérias da amostra. As citações em destaque são falas com em destaque no texto, normalmente através de um tamanho maior de letra, elas aparecem somente em 2 das 5 narrativas estudadas, são elas a matéria 1 e a matéria 5, ou seja, na matéria introdutória do caso, e na matéria que relata a denúncia e os crimes os quais as agressoras irão à júri popular por. As citações em destaque em ambas as matérias são descritas abaixo:

Matéria 1:

"Ela tem um perfil de psicopata. Durante toda a minha carreira, eu não havia me deparado com alguém tão frio". Cita fala realizada pelo delegado Antônio Carlos Rackz, responsável pelo caso.

Matéria 5:

"A gravidade concreta do crime doloso contra a vida revela a índole violenta das acusadas e a presença de risco à ordem pública, a ensejarem a prisão cautelar e demonstrando, conseqüentemente, a insuficiência das demais medidas cautelares", sentenciou". Cita fala do juiz Gilberto Pinto Fontoura, responsável por proferir a sentença de pronúncias das duas acusadas.

Em ambas as citações existe a construção de um juízo de valor que condena uma ou ambas as mulheres pelo crime, mesmo antes do julgamento e da efetiva condenação. Na primeira matéria, nº 1, o delegado chama Yasmin (mãe de Miguel) de 'psicopata', sendo que no corpo da matéria não existe nenhum laudo médico que assegure esta fala, que está em destaque dentro da matéria. Na segunda situação, a fala em destaque encontra-se em um contexto acusatório, pois está inserida dentro do processo de acusação à ambas as mulheres, mas ao longo da narrativa não foi apresentado nenhum indício de perfil violento de ambas além do ambiente doméstico, como o juiz da a entender na passagem "revela a índole violenta das acusadas e a presença de risco à ordem pública".

Relembramos aqui que estamos realizando uma análise jornalística de como a mãe é representada nestas matérias. No caso de ambas as citações, estas são vinculadas a narrativa sem nenhum filtro ou conferências. Não existem elementos apresentados no texto que sustentem essas acusações, se não a própria opinião dos que emitiram. Portanto, tratam-se de trechos onde é praticado jornalismo declaratório, onde não existe checagem das informações que são citadas diretamente pelas fontes. Isso é amplamente prejudicial para a narrativa, pois assim, ela acaba sendo conduzida pelas falas das fontes, e não pelas evidências coletadas pelo jornalista que deveriam nortear a matéria.

Outro reflexo da presença de citações não checadas dentro das narrativas estudadas aqui, está na própria matéria 1. Nesta matéria é noticiada a prisão preventiva de uma mulher (Yasmin, mãe de Miguel) pela suposição de que ela tenha medicado e colocado o filho dentro de uma mala e atirado no Rio Tramandaí - as investigações acabam de ser iniciadas, não existem ainda provas substanciais que possam confirmar tais acusações. É o primeiro contato do leitor com o caso, e a matéria conta com apenas uma fonte direta, o delegado Antônio Carlos Racks. O delegado possui 6 citações diretas nesta narrativa, são elas:

"Colhendo os depoimentos nós já pudemos apurar, inclusive contando com a confissão dela com a presença de advogado, que a criança vivia sob tortura, física e psicológica", diz.

"Ao anoitecer de ontem [quinta], a mãe dessa criança, com a sua companheira, procurou a DPPA de Tramandaí, afim de registrar uma ocorrência policial de desaparecimento de seu filho. Alegou que o filho havia desaparecido há dois dias e que ainda não havia procurado a polícia porque pesquisou no Google e viu que teria que aguardar 48h. E começou a apresentar uma série de contradições, o que levou desconfiança da BM e PC".

"Para fugir, com medo da polícia, saiu de casa, pegando ruas de dentro, não as avenidas principais, levou a criança dentro de uma mala na beira do rio, e jogou o corpo. Repito, ela não tem convicção de que o filho estava morto".

"O que já está claro e nós vamos confirmar durante as investigações é que a criança vivia sobre intensa tortura física e psicológica. Era desnutrida, embora tivesse matriculada

na escola, não tinha amigos, não frequentava lugar algum, era trancada em um cômodo da casa, posta de castigo, trancada amarrada dentro de um roupeiro", descreve.

"Ela tem um perfil de psicopata. Durante toda a minha carreira, eu não havia me deparado com alguém tão frio", afirma Ractz.

"A preocupação é com a companheira, não com a criança. Ela declarou que o filho atrapalhava ela", diz.

Os trechos destacados representam falas que não possuem embasamento material dentro da narrativa. Não são apresentadas evidências, neste momento, de que Miguel vivia em uma situação de tortura física e psicológica, do que realmente havia acontecido com o menino ou do perfil e das preocupações da mãe. Novamente, as falas não fundamentadas refletem apenas a interpretação e percepção do delegado da situação que acabou de viver. Devemos levar em consideração que essas informações atingem a população e influências na construção da opinião pública, por isso é de suma importância que todas as informações possam ser comprovadas antes de sua publicação. Neste caso, basicamente o delegado conduz a narrativa da matéria, pois praticamente todas as informações da narrativa partem de citações diretas do profissional. Dos caracteres com espaço da narrativa, cerca de 46% deles estão ligados às citações diretas de Rackz. Tal contexto se torna problemático ao passo que o delegado acabou de ter o primeiro contato com autora do fato, não existe uma investigação robusta que sustente tais informações, logo, a maioria das suposições são juízo de valor ou interpretação próprios do delegado, que possui autoridade para dá-las, mas no momento em que as proferiu não possuía provas substâncias (e se as tinha, não foram expostas na matéria) das alegações que estava fazendo.

A falta de confiabilidade nas informações propostas na narrativa escancara qual é o foco narrativo da amostra selecionada. Mas para concluirmos a análise através do 5º movimento apresentaremos a matéria nº 3, que apresenta os comentários de João Pedro Ewert, pai de Miguel, sobre a morte do filho.

A narrativa é intitulada 'Sentimento de impotência', diz pai de menino morto pela mãe em Imbé', e aborda a reação de João Pedro a morte de Miguel. Porém, como a matéria mesmo conta: "João Pedro não teve nenhum tipo de convívio e nem contato com Miguel. Ele não chegou a registrar o filho". João Pedro veio ao Rio Grande do Sul com a

família para visitar alguns amigos em Nova Prata, lá conheceu Yasmin. Após alguns meses morando juntos, eles se separaram, e João Pedro voltou para Santa Catarina. O homem aponta que:

"Quando eu saí de lá eu não sabia que ela estava grávida, então quando eu já estava pra cá, em torno de uns dois meses, ela descobriu a gravidez. Primeiro instante eu ia assumir, sem problema nenhum, convidei ela pra ir morar pra cá, mas como ela era muito jovem não queria ficar longe dos pais", diz.

E complementa:

"Eu pedi DNA, ela se recusou, depois disso a gente acabou se afastando. Na segunda tentativa de contato, eu falei que queria fazer o DNA novamente, ela disse que não. Então, que quando o menino crescesse, ele viesse me procurar, caso ele tivesse interesse de saber quem é o pai ou fazer o teste".

Portanto, João Pedro não possui nenhuma ligação com Miguel, nem ao menos o registrou. E conta ainda que o último contato que teve com Miguel foi no ano anterior, quando sua mãe falou com o menino por telefone. Ou seja, não existia nenhum contato direto recente, entre 'pai e filho'. Tais circunstâncias já invalidam a produção de um material jornalístico com a perspectiva de um indivíduo que estava completamente distante do contexto em que ocorreu o crime. Mas João Pedro tem sua opinião divulgada através de citação direta:

"Sentimento de tristeza, de não entender o porque de tamanha crueldade. E também sentimento de impotência quanto ao assunto".

Neste caso tal peça jornalística é irrelevante para o andamento do processo, mas muito reverbera na construção da opinião pública, e do contexto sócio-cultural. A reportagem buscou o pai de Miguel, que nem o registrou, para trazer seu olhar, aproximando a narrativa do modelo de família tradicional (voltado em mãe, pai e filho). Além disso, o juízo de valor de João Pedro 'de não entender o porquê de tamanha crueldade', compreendendo o objetivo proposto pelo foco narrativo, é compartilhado por muitos dos leitores. Então tal opinião ecoa como guia para a interpretação social da situação.

No **6º movimento**, '**Significados de fundo moral ou fábula da história**', refletiremos sobre quais são os significados apresentados como pano de fundo para essa narrativa. Como mencionado anteriormente, o foco narrativo está completamente voltado para a mãe (como evidenciam as passagens diretas sem verificação, as matérias sugeridas, a maior prevalência do termo 'mãe' em referência à Yasmin, as citações em destaque, a matéria com a opinião do 'pai', as imagens das matérias e seus títulos) desde a primeira narrativa. Tal parcialidade se consolida através da periférica presença de Bruna Nathiele Porto da Rosa, indiciada pelos mesmos crimes que Yasmim dos Santos Rodrigues, em todos os contextos narrativos. O complemento do 6º movimento será realizado em conjunto com a análise do 'Caso Rafael', na sequência.

5.2.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS - CASO RAFAEL:

Acompanhando a trajetória proposta por Motta (2008), iniciamos o processo de análise pelo **1º movimento**, '**Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico**', este processo já está concretizado no item 5.2, onde pode ser visualizado. Seguimos então para o **2º movimento**, '**Identificação de conflitos e da funcionalidade dos episódios**', com a motivação para a escolha das cinco matérias jornalísticas selecionadas sobre o caso Rafael, noticiadas pelo portal de notícias online G1 RS, que compõem essa análise:

MATÉRIA 1 - Uma das primeiras narrativas jornalísticas veiculadas ao portal G1 RS sobre o caso. Nesta notícia a mãe ainda não havia confessado a autoria da execução, o que a relaciona com o ocorrido de maneira diferente das reportagens posteriores.

MATÉRIA 2 - Primeira matéria que trata a mãe como executora, relevante para a percepção da mudança de apresentação de Alexandra na narrativa.

MATÉRIA 3 - Esta matéria foi escolhida por trazer a repercussão do laudo que indica que a morte de Rafael foi mais violenta do que a hipótese que era trabalhada até então. Além de contar com ampla descrição da personalidade de Alexandra por parte dos policiais.

MATÉRIA 4 - A representação positiva por Rafael de sua mãe nos trabalhos da escola contrasta com a reapresentação do caso e a população horrorizada na pequena cidade de Planalto.

MATÉRIA 5 - Apresenta as acusações que Alexandra responderá, além de contar com posicionamento da Defensoria Pública do estado (órgão representa a mãe neste caso). Também traz novas evidências contextuais.

No **3º movimento**, ‘**A construção de personagens jornalísticas (discursivas)**’, fazemos a apresentação dos personagens que compõem a narrativa, neste caso, diferente do contexto de realização da análise do ‘caso Miguel’, estamos trabalhando com um volume de personagens maior, por isso, realizamos a distinção entre personagens principais (com aparecimento mais recorrente nas narrativas) e de personagens periféricos (que aparecem em apenas uma narrativa).

Personagens principais (presentes em mais de uma narrativa):

Alexandra Dougokenski - Mãe e executora de Rafael Winkes;

Rafael Winkes - Filho de Alexandra Dougokenski e Rodrigo Winkes, morto pela mãe;

Nadine Anflor - Chefe da Polícia Civil;

Joerberth Nunes - Delegado e diretor do Departamento de Polícia do Interior (DPI)

Rodrigo Winkes - Pai de Rafael Winkes;

Ercílio Carletti - Delegado e condutor da investigação da morte de Rafael em Planalto;

Personagens secundários (em apenas uma narrativa com citações diretas):

Michele Kufner - Promotora

Jaqueline Nesnerovicz - Mãe do melhor amigo de Rafael Winkes;

Jean Severo - Advogado de Alexandra;

Marcos de Almeida Camargo - presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais;

Isaíldes Batista - Avó de Rafael Winkes e Mãe de Alexandra Dougokenski;

Denise Vojniek - Conselheira tutelar;

Ladejane Ravagio - Professora no Instituto Estadual Padre Vitório, a maior escola de Planalto, onde Rafael Winkes era aluno do 6º do Ensino Fundamental;

Eibert Moreira Neto - Delegado da Polícia Civil

Dando sequência às análises do caso Rafael, agora focando no **4º movimento**, **‘Estratégias narrativas’**, onde discutimos como as narrativas na amostra selecionada traduzem o efeito de realidade para os textos e o efeito poético, ou seja, como despertam a emoção na audiência. É fundamental registrar que muitos pontos de análise são semelhantes aos já ressaltados na análise do caso Miguel, devido às semelhanças na representação da figura materna em ambos.

Um diferencial no caso Rafael é a presença de uma matéria, número um, em que a mãe ainda não é acusada da execução. É interessante pontuarmos que essa publicação foi feita quando o caso ainda estava no estágio de buscas ao menino desaparecido, anterior à confissão da execução ser feita pela mãe.

Nessa primeira narrativa, intitulada “Só queremos ele de volta”, diz mãe de menino que desapareceu há 10 dias em Planalto; investigação segue sem pistas’, podemos perceber, no trecho em destaque que existe uma apresentação da mãe, Alexandra Dougokenski, como vítima da situação. Outro reflexo disso são as citações diretas feitas pela mãe e anexadas ao corpo do texto, descritas abaixo:

"A gente quer uma luz, uma notícia que diga que viram ele em algum lugar. Só queremos ele de volta em casa. Estamos desesperados. Não sei mais onde apelar, pra que lado pedir. Porque é um vazio imenso. Ele é nossa criança, tem 11 anos, mas é nossa criança"

"Em entrevista à RBS TV, a mãe de Rafael, Alexandra Dougokenki, contou que, na noite anterior, o filho havia pedido para que ela colocasse mais um cobertor na cama. "Coloquei e ele me deu boa noite normal. A gente não tinha noção que o Rafael ia dormir na cama dele e no outro dia a gente não ia encontrar o Rafael em casa."

As citações e o título mostram um tom de perda familiar, com a mãe concentrada nesse espaço de vítima, tais elementos produzem um efeito de comoção na audiência. Outra peculiaridade é a presença dos termos ‘família’, ‘familiares’ e ‘familiar’. Tais vocábulos não haviam aparecido antes na análise, eles contribuem com a construção de

um cenário de tragédia familiar, e em consequência com a construção do efeito emotivo da narrativa. Como ocorre no subtítulo da matéria 1, no trecho em destaque:

“Rafael Mateus Winkes, de 11 anos, não é visto desde o dia 15 de maio. Ele foi dormir e na manhã seguinte não estava mais em casa. Família pede ajuda para localizá-lo.”

Avançando nas análises que já traduzem a mãe como executora e culpada do crime, encontramos outro fato relevante para a construção da comoção nas narrativas, a presença do pai. Assim como a presença paterna no caso Miguel, no caos Rafael o pai também não possuía convívio direto com a família, como aponta Ercílio Carletti, delegado e condutor da investigação da morte de Rafael em Planalto, na matéria 3: “Com o filho, eram visitas esporádicas, pagava a pensão alimentícia e conversava às vezes. Não era próximo”. Mas novamente é utilizado como fator de comoção, em citação na matéria 4, o pai Rodrigo Winkes, afirma que Rafael era um “Guri esperto, sabido, não mexia, não incomodava ninguém”, e completa: “Era um anjo”.

Tais trechos de opinião pessoal voltados para a comoção popular não ficaram restritos ao pai, ao longo das cinco narrativas analisadas é possível identificá-los:

Ausentes nas matérias 1 e 2

Matéria 3:

"Acho muito dolorido uma mãe fazer isso com um filho" - citação de Rodrigo Winkes;

"A motivação do crime é uma incógnita. Até o momento, todos os depoimentos coletados, nenhum indica qualquer desavença dessa mãe com esse filho. Isso torna o caso ainda mais complexo, mas certamente a Polícia Civil vai responder todas as perguntas" - citação do delegado Joerberth Nunes, diretor do Departamento de Polícia do Interior (DPI).

Matéria 4:

“A promotora Michele Kufner diz que não sabe como a mãe, descrita como zelosa pela comunidade, pode ter cometido o crime. “Acredito que esse seja o questionamento que todas as pessoas estejam se fazendo neste momento” - citação Michele Kufner

“Mãe protege, mãe cuida, mãe zela, dá a vida pelo filho. Mãe não tira a vida. Mãe não faz o que ela fez” - Jaqueline Nesnerovicz - Mãe do melhor amigo de Rafael Winkes;

Matéria 5:

"Um caso estarrecedor. Buscamos trazer aos autos o passo a passo cronológico da investigada, e ao final a motivação do crime. Pretendemos entregar o inquérito ainda hoje [quinta] e esperar a manifestação do Ministério Público" - citação do delegado Joerberth Nunes.

"No primeiro contato visual dela com a casa, foi extremamente perturbador pra ela, tendo em vista que quando ela notou que a casa estava fora da ordem que ela havia deixado, entrou em uma crise de nervoso. Esperávamos que ela tivesse essa crise pelo fato de estar retornando à casa que em tese houve a morte acidental do filho. O que mais perturbou foi a casa estar fora de ordem" - citação do delegado Joerberth Nunes.

"Na mesma noite, ela fez compras no Mercado Livre, de produtos de beleza" - citação do delegado Eibert Moreira Neto, da Polícia Civil;

"Saíram da sala convencidos de que não era Alexandra a autora do homicídio. Ela simplesmente afirmou que o autor da morte havia sido o pai da criança e ambos acreditaram. Ela tem um potencial de convencimento muito grande, ela tem potencial de mentir" - citação do delegado Eibert Moreira Neto, da Polícia Civil;

"Depois dessa conversa, ele disse que naquela noite o Rafael teria gritado 'não, pai. Para'. O filho mais velho saiu da sala tendo certeza de ter ouvido os gritos naquela noite. Como ela teria potencial de introduzir uma memória falsa, sendo que ele nunca tinha comentado sobre isso" - citação do delegado Eibert Moreira Neto, da Polícia Civil;

Os trechos apresentados são declarações opinativas das respectivas fontes, visto que não possuem embasamento material para a sua consolidação na narrativa. Porém, além de estarem dentro da matéria jornalística sem terem sido checados, cumprem o papel de construção da comoção popular, pois todos possuem uma conotação vexatória para com a figura da mãe, em alguns casos com insinuações que não dizem respeito direto ao caso noticiado, como é o exemplo dos trechos “ela tem um potencial de convencimento muito grande, ela tem potencial de mentir”, “Na mesma noite, ela fez compras no Mercado Livre, de produtos de beleza”, “Esperávamos que ela tivesse essa

crise pelo fato de estar retornando à casa que em tese houve a morte acidental do filho. O que mais a perturbou foi a casa estar fora de ordem”, “Mãe protege, mãe cuida, mãe zela, dá a vida pelo filho. Mãe não tira a vida. Mãe não faz o que ela fez”. Estes trechos não cumprem papel informativo e sim comportamental, além de auxiliarem na elaboração da comoção da opinião pública, contribuem de forma relevante para a construção da imagem da mãe, desvinculando-a do que é idealizado pela sociedade e desenvolvendo a figura monstruosa, que merece ser culpabilizada.

Outro momento com forte presença emocional é através da descrição de trabalhos escolares realizados por Rafael Winkes dedicados à mãe. As passagens se encontram na matéria 4, e são transcritas abaixo:

Durante a investigação da Polícia Civil, foi encontrada uma tarefa escolar no quarto do menino, que a equipe da RBS TV teve acesso. No trabalho, ele precisava completar a frase "Minha mãe é...". Rafael escreveu: "Maravilhosa".

Em um vídeo, do último Dia das Mães, o menino declama: "A voz da minha mãe é muito amor e carinho. E foi essa voz que me fez sorrir pela primeira vez. As mãos de minha mãe são lisas como um sabão e macias como um algodão".

Novamente buscando construir um forte vínculo sentimental na narrativa. Já a construção do efeito do real nas narrativas ocorre, igual ao caso Miguel, através da constante vinculação das localidades ao texto. No caso Rafael, cidades foram mencionadas em 16 ocasiões ao longo das cinco matérias, contendo os termos Porto Alegre, Planalto, Bento Gonçalves, Guaíba e Três Passos. Na matéria 4, foi vinculado um tópico específico para a discussão do impacto do crime na cidade, chamado ‘Crime choca cidade de 10 mil habitantes’. O trecho possui forte teor sentimental, e conta com citações diretas de Denise Vojniek, conselheira tutelar, Rodrigo Winkes (que não mora na cidade) e Ladejane Ravagio, ex-professora de Rafael, as citações são:

“Ninguém chegou e disse: 'Ó, eu percebi que tinha alguma coisa, percebi briga'. Nada. Aparentemente tudo normal, uma mãe cuidadosa" - citação de Denise Vojniek, conselheira tutelar.

“A gente vai guardar pra sempre. Mesma coisa que tirar um pedaço da pessoa” - citação de Rodrigo Winkes, pai de Rafael Winkes.

“O Rafa sempre era conceito ótimo. Ele sempre enxergava a mãe dele com muito orgulho. A mãe era tudo pra ele. Era a pessoa que ele mais amava no mundo, era a pessoa que ele mais confiava. Era o centro da vida dele” - citação de Ladejane Ravagio, ex-professora de Rafael.

“Me dá dor no coração, porque ela pode ficar 20, 30 anos, não sei quantos anos presa, mas o Rafael não vai voltar mais” - Citação de Jaqueline Nesnerovicz, mãe do melhor amigo de Rafael Winkes.

Novamente existe essa forte conotação emocional, construindo mais um momento de presença do efeito poético na narrativa.

Avançamos para o **5º movimento**, ‘**A relação comunicativa e o contrato cognitivo**’, onde são discutidos os focos narrativos e os itens que auxiliam na construção material e sociocultural da narrativa. Iniciamos nossa análise através do primeiro contato da audiência com a narrativa, analisando os títulos. Abaixo descrevemos os títulos das 5 matérias que compõem a amostra em estudo:

Matéria 1: ‘Só queremos ele de volta’, diz mãe de menino que desapareceu há 10 dias em Planalto; investigação segue sem pistas

Matéria 2: Encontrado corpo de menino desaparecido havia 10 dias no RS; mãe confessou o crime à polícia

Matéria 3: Após mãe dizer que deu remédio, laudo aponta estrangulamento em morte de menino de 11 anos em Planalto

Matéria 4: Menino morto em Planalto descreve mãe como ‘maravilhosa’ em trabalho escolar

Matéria 5: Mãe que confessou matar filho em Planalto é indiciada por homicídio triplamente qualificado, diz polícia

Os termos sinalizados são semelhantes em todos os títulos. Conseguimos identificar a prevalência dos termos ‘mãe’ e ‘menino’, ambos vocábulos de referência aos principais envolvidos no crime, sendo vítima e agressor. O termo ‘Planalto’, está presente em 4 dos 5 títulos analisados, substituído por ‘RS’ no título da matéria 2, trazendo o efeito do real, tornando a narrativa mais palpável ao localizá-la, e também contribuindo para o contexto físico e ambientação das matérias. Outras palavras em destaque são ‘morto’ e

'filho', realizando a referência ao crime e ao parentesco entre agressor e vítima, atuando igualmente na construção da comoção em conjunto com os elementos já descritos anteriormente.

A palavra 'mãe', de presença dominante ao longo de toda a nossa análise, é preferida nas narrativas utilizadas para as referências a Alexandra Dougokenski. Na primeira matéria o termo aparece quatro vezes; Na segunda são iguais quatro vezes; Na terceira são 14 referências; Na quarta matéria são 18 aparições; Somente na quinta narrativa, que aborda os crimes os quais Alexandra irá responder que o termo 'mãe' não foi o favorito, na ocasião foi mencionado apenas 5 vezes, enquanto o nome 'Alexandra' foi utilizado 11 vezes e o pronome pessoal 'ela' foi utilizado outras 18 vezes ao realizar referência a mãe. O que ainda demonstra uma ampla preferência pela centralização da narrativa no termo 'mãe' e não na personagem da história em si, no caso, Alexandra.

Outro ponto relevante é o contexto em que estão inseridos os usos do termo 'mãe', abaixo estão alguns exemplos do uso do substantivo ao longo das 5 narrativas:

(Matéria 1 ilustrava a mãe como vítima da situação, não ainda como executora)

Matéria 2:

Ele foi localizado por volta das 17h30 e, segundo a Chefe de Polícia Civil, Nadine Anflor, a mãe do menino, Alexandra Dougokenki, confessou o crime.

Matéria 3:

A mãe da criança, Alexandra Dougokenski, contou à polícia, na segunda-feira (25), que o filho morreu após dar medicamentos para ele se acalmar.

O corpo de Rafael foi encontrado no final da tarde de segunda após a mãe ter revelado onde deixou o cadáver.

'Muito serena e muito tranquila', diz polícia sobre a mãe

"Homicídio que foi cometido pela mãe, mas que não se pode, até então, afirmar se somente por ela. Temos que apurar ainda vários fatos do que aconteceu na noite do crime", relata a delegada.

"Muito dolorido uma mãe fazer isso com um filho", diz pai do menino

Matéria 4:

A mãe da criança, Alexandra Dougokenski, contou à polícia, na segunda-feira (25), que o filho morreu após dar medicamentos para ele se acalmar.

O corpo de Rafael foi encontrado no final da tarde de segunda após a mãe ter revelado onde deixou o cadáver.

'Muito serena e muito tranquila', diz polícia sobre a mãe

"Homicídio que foi cometido pela mãe, mas que não se pode, até então, afirmar se somente por ela. Temos que apurar ainda vários fatos do que aconteceu na noite do crime", relata a delegada.

"Muito dolorido uma mãe fazer isso com um filho", diz pai do menino

Matéria 5:

Alexandra Dougokenski, mãe do menino Rafael Mateus Winkes, de 11 anos, foi indiciada pela morte do filho nesta quinta-feira (2).

O cadáver apresentava características que apontavam que a morte não havia ocorrido "pelo simples fato da mãe ter ministrado o medicamento, mas, sim, pelo fato de ter utilizado uma corda para produzir asfixia mecânica".

Não é normal que uma mãe, após ministrar um medicamento, percebendo que essa pessoa teve uma reação adversa, simplesmente amarre uma corda em seu pescoço e transporte o corpo. Esperava-se um outro comportamento dela.

Todos os contextos onde são utilizados o vocábulo 'mãe' estão cercados de julgamento ou apresentam detalhes importantes sobre o crime, e sua face mais cruel. Assim como no caso Miguel, existe essa tendência dual, onde se coloca um termo socialmente imaculado como o 'mãe' cercado de informações violentas ou dotadas de amplo julgamento de valor. Buscando essa representação da mãe desconfortável, julgada, presa. O mesmo cenário é apresentado quando analisamos as citações em destaque dentro das narrativas da amostra estudadas:

(Matérias 1 e 2 não possuíam citações diretas no corpo de seus textos)

Matéria 3:

'Muito serena e muito tranquila', diz polícia sobre a mãe

"Muito dolorido uma mãe fazer isso com um filho", diz pai do menino

Matéria 4:

"A Alexandra em momento algum derrubou uma lágrima", relata Jaqueline Nesnerovicz, mãe do melhor amigo de Rafael.

“Se ela agiu sozinha ou não, os próximos passos da investigação é que poderão nos apontar”, explica a chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, Nadine Anflor.

“Mãe protege, mãe cuida, mãe zela, dá a vida pelo filho. Mãe não tira a vida. Mãe não faz o que ela fez”, comenta a mãe do melhor amigo de Rafael.

Matéria 5:

"Não é normal que uma mãe, após administrar um medicamento, percebendo que essa pessoa teve uma reação adversa, simplesmente amarre uma corda em seu pescoço e transporte o corpo. Esperava-se um outro comportamento dela."

"Verificamos que Alexandra teve diversos acessos à internet, a vídeos que nos chamaram a atenção por conta da característica deles. Eram vídeos com cenas de sexo, com violência, cenas de estupro, e todas essas cenas acompanhadas de asfixia das pessoas que sofriam a violência, tanto por esganadura, tanto por estrangulamento por corda".

"Na mesma noite, ela fez compras no Mercado Livre, de produtos de beleza".

"As palavras dela foram: eu dei um medicamento meia-noite. Por volta das 2h, 3h, eu achei que ele tivesse acordado ainda, fui na área de serviço, peguei a corda, preparei o laço e fiz o que fiz."

Podemos dividir a conotação das citações destacadas em dois grupos, as baseadas em juízo de valor, buscando consolidar um foco narrativo que pretende construir uma figura condenável na mãe, e o grupo de citações onde estão informações irrelevantes para o caso, mas que contribuem com a construção dessa mãe condenável, ou informações não embasadas. Ou seja, em todos os cenários, opiniões e juízos morais estão sendo emitidos sob a mãe e veiculados em citações em destaque dentro destas narrativas jornalísticas.

Essa tendenciosidade não está presente somente nas citações em destaque, mas principalmente no corpo do texto, ao vincular a narrativa citações diretas sem checagem e sem material que embase as opiniões ali reverberadas. Exemplificam-as à baixo:

Matéria 2:

"A primeira versão é de um homicídio culposo. Mas agora vai ser apurado. Ela está sendo ouvida. Vamos representar agora", diz Nadine, que informou que pediu a prisão preventiva da mulher à Justiça." Chefe de Polícia Civil, Nadine Anflor

Matéria 3:

"Teria dado dois comprimidos de Diazepam para que ele dormisse com tranquilidade. Na madrugada, ela teria acordado e verificado, segundo ela, que a criança estava morta. Como que ela tinha a certeza que a criança estaria morta e não apenas desmaiada? Ela enrolou a criança no lençol, colocou fios em alguma parte do corpo e foi arrastando, segundo ela, até a residência ao lado" - citação delegado Joerberth Nunes, diretor do Departamento de Polícia do Interior (DPI)

'Muito serena e muito tranquila' - citação Polícia Civil

Nunes contou que a mãe foi ouvida diversas vezes, e algumas questões começaram a intrigar os investigadores.

"Homicídio que foi cometido pela mãe, mas que não se pode, até então, afirmar se somente por ela. Temos que apurar ainda vários fatos do que aconteceu na noite do crime" - citação delegada Nadine Anflor

Matéria 4:

As autoridades, no entanto, começaram a desconfiar do comportamento da mãe. "Chamava atenção, inclusive, o controle emocional que ela mantinha naquela situação" - citação da promotora Michele Kufner.

"Ela confessou pra nós, a princípio, que havia ministrado medicação em excesso e, depois de verificar que a criança não tinha mais sinais vitais, ela teria preparado aquela amarração pra carregar o corpo até o local em que deixou" - citação do delegado Ercílio Carletti, que conduz a investigação em Planalto.

"Em que pese o fato de se considerar ser uma criança, de não ser um adulto, mesmo assim, a princípio, teria que ser uma quantidade de comprimidos muito maior para que você tivesse uma morte mais rápida — não digo instantânea —, que não desse sequer tempo de tentar algum tipo de socorro" - citação de Marcos de Almeida Camargo, presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.

"Ela responderia por homicídio doloso qualificado e ocultação de cadáver. A pena do homicídio doloso varia de 12 a 30 anos" - citação da promotora Michele Kufner.

Matéria 5:

"Obtivemos informações referentes ao comportamento da investigada. Ela se mostrava extremamente fria com a situação, era um sinalizador pra gente. Naquele momento, nós ligamos um sinal de alerta" - citação delegado Eibert Moreira Neto;

"O celular dela tinha um aplicativo de acionamento do Samu que, sendo acionado, em questão de segundos poderia chegar na casa" - citação delegado Eibert Moreira Neto;

Todos os trechos registrados acima não dispõem de materiais que os embasam ou contextualizam dentro das narrativas as quais estão inseridos. Novamente vislumbramos mais um caso de cobertura falaciosa, onde a narrativa é conduzida tendenciosamente pelas fontes diretas. Percebe-se também que a maioria das fontes são figuras ligadas a Polícia Civil, portanto, a investigação do caso, que parte de um viés acusatório. Quando não existe fundamentação material ou probatória da veracidade das citações vinculadas aos textos se torna evidente a convivência com a construção de uma narrativa jornalística que explicitamente só cobre e dá visibilidade a uma versão da história.

iscutiremos essa questão no **6° movimento**, '**Metanarrativas - significados de fundo moral ou fábula da história**', onde analisaremos em conjunto (agrupando o conteúdo de análise do caso Miguel e do caso Rafael) os percebidos como pano de fundo para a narrativa.

5.2.3 6° MOVIMENTO - CASO MIGUEL + CASO RAFAEL

No **6° movimento**, '**Metanarrativas - significados de fundo moral ou fábula da história**', buscamos discutir quais são os significados construídos como pano de fundo para a consolidação das narrativas jornalísticas estudadas. Neste tópico optamos por realizar uma análise conjunta de ambos os casos estudados até o momento, pois compreendemos que seria de amplo benefício para a visualização das considerações desse movimento se o fizéssemos em conjunto.

Ao longo do desenvolvimento de ambas as análises, tanto do caso Rafael quanto do caso Miguel, alguns tópicos surgiram com maior relevância, entre eles, a estereotipação da mãe, ocorrida através do amplo e prevalente uso do termo 'mãe' para realizar referência às figuras maternas particulares de cada narrativa. Ao encontro disso, em repetidas sentenças o substantivo está inserido especificamente

nas frases de maior impacto das matérias, enquanto o nome das mães é utilizado em sentenças contextuais dentro da narrativa, ou como complemento ao termo 'mãe'.

O processo de estereotipação despersonaliza a frase, não vinculando o conteúdo impactante ou violento a uma pessoa, e sim a um estereótipo social, a mãe. Através de tal mecanismo é construído um espaço de pânico moral, como Stanley Cohen (1972) sugeriu em seu estudo 'Folk devils and moral panics: the creation of the mods and rockers', onde um grupo era demonizado na mídia por representar uma 'ameaça aos valores tradicionais da sociedade'. (SACRAMENTO; SANTOS, 2020)

Sacramento e Santos (2020, p. 36) descrevem uma possível motivação para a generalização em contextos que fogem do padrão social estabelecido

O pânico moral como parte de práticas de produção de consenso e hegemonia, tornando processos sociais complexos inteligíveis ao "senso comum" e mobilizando uma estrutura profunda de ansiedade para a manutenção da ordem social.

Como já apresentamos no tópico 3 deste trabalho, a construção da figura materna passa por inúmeros processos de cunho social e econômico até chegar ao lugar que conhecemos hoje. Ao nos depararmos com a manutenção de um termo plural e desfigurado como o 'mãe' nas sentenças que constroem a acusação para a audiência, conseguimos perceber o processo de solidificação do pânico moral ocorrendo. Desta forma, as narrativas analisadas atuam como um norte, e buscam reforçar, atrelando tudo de ruim a essa figura materna, o que as outras mães da sociedade não devem fazer.

Além da estereotipação da mãe é fundamental nos debruçarmos sobre a quantidade de citações diretas sem respaldo apurativo dentro das narrativas analisadas. A falta de checagem é problemática, ao passo que escancara a intencionalidade dentro daquelas citações. As narrativas construídas da forma como analisamos condenam a mãe desde a primeira linha, sem que ela possa sequer usufruir minimamente do benefício da dúvida, ou que tenha algum tipo de voz. É interessante percebermos que a maioria dos portadores desse direito de fala na narrativa são agentes policiais, e a minoria são parentes ou membros da comunidade que esboçam estarem horrorizados com o ocorrido ou que possuem opiniões sobre a mãe. A defesa de Yasmin não possui nenhuma citação direta ao longo das 5 narrativas analisadas, e a de Alexandra possui duas citações (na matéria 4), abaixo transcritas:

“Ela vai no quarto, o menino com a boca roxa, gelado, sem batimentos. Eu acredito que pelo medo, decide ocultar o cadáver”

“Pra tirar o corpo do menino do quarto, ela precisou tirar essas cordas, e machuca um pouco o pescoço. Não houve esganadura. Se ela tivesse dolo, teria as mãos no pescoço, que é a esganadura. Não é o caso” - ambas citações de Jean Severo, advogado de Alexandra.

Perto do volume de citações diretas acusando-as, estas se tornam invisíveis. O que mais uma vez demonstra a parcialidade de todas as narrativas analisadas. O foco narrativo está em realizar um manutenção da representação social da maternidade, escancarando de todas as formas que as mães referidas nas narrativas analisadas são verdadeiros monstros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A presente monografia se propôs a compreender como ocorre a construção da figura materna em narrativas que noticiam casos de filicídio e como elas podem influenciar na manutenção dos padrões sociais relativos à mãe dentro da sociedade. Esse estudo foi feito através da construção de uma base teórica sobre como o jornalismo se intersecciona com a construção do conhecimento social, a compreensão de como a figura da mulher-mãe se consolidou socialmente e todos os processos sociais, econômicos e midiáticos que influenciaram nesse processo.

Berger e Luckmann (1966, p.80) descrevem algumas ferramentas socialmente utilizadas para realizar a povoação do acervo social - termo inaugurado pelos mesmo teóricos, e que busca ilustrar os conhecimentos intrínsecos a vida em sociedade e o local onde estes ficam retidos -, dentre elas estão as instituições, representadas neste trabalho pelos veículos de comunicação. Os teóricos definem o papel das instituições como sendo:

Controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.

Portanto, os veículos de comunicação direcionam a visão social e a opinião pública, além de serem responsáveis por importantes decisões culturais, como por exemplo, o que é certo ou errado dentro do cenário público. Alsina (2009, p. 09) reflete sobre a importância do discurso jornalístico:

Os próprios meios de comunicação são os que se apresentam como os transmissores da realidade social. A virtualidade do discurso jornalístico informativo está nas suas pretensões referenciais e cognitivas. Esse tipo de discurso se autodefine como o transmissor de um saber muito específico: a atualidade.

Alsina (2009, p.14) ainda vai adiante conceituando a notícia como sendo “uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção do mundo possível”. Podemos concluir, ao retomarmos o pensamento já descrito de tais pensadores, que as narrativas jornalísticas analisadas acima possuem no cerne de sua função o compromisso com a transmissão de um recorte da realidade que irá estruturar a noção de real dos indivíduos que com este conteúdo interagirem.

A partir disso compreendemos que as narrativas contidas nesta amostra narram os fatos envoltas em tendenciosidade, essa evidenciada, por exemplo, pela escolha de transmitir de forma integral a opinião das forças policiais - que representam um lado da narrativa - através de citações diretas que povoavam fortemente os textos analisados. Igualmente, passamos a compreender a noção de jornalismo descrita por Adelmo Genro Filho, e citada por Eduardo Meditsch (1992, p.26), descrevendo o jornalismo como “uma forma de comunicação que serve para reforçar a hegemonia ideológica da burguesia e reproduzir a dominação de classe”. Os leitores ao entrarem em contato com as narrativas jornalísticas inseridas nesta amostra, estarão entrando em contato com um recorte da realidade. Recorte este nutrido por julgamento e distante da ética de um jornalismo sério, que preza pela verdade. Como Genro Filho bem conceitua, são matérias que endossam a reprodução da dominação de classe, consolidadas através da perpetuação da representação social da mãe, e que se utilizam de declarações de terceiros para a condução do foco narrativo e por conseguinte, da opinião pública.

As teorias de Agenda-Setting e Framing, são igualmente relevantes para a compreensão de tal tendenciosidade. O critério de agendamento que justifica a noticiabilidade de tal caso, sendo este o incomum e o não usual, por si só já é contemplado pela noção de que a partir do olhar atravessado pelo estereótipo da mãe, o ato de matar é completamente impensado, ainda mais matar o próprio filho. Já as características narrativas encontradas e sinalizadas na consolidação da análise, como

a presença de jornalismo declaratório e a despersonalização da figura da mãe, são claras evidências de enquadramento nas narrativas. É possível, então, concluir que o grande enfoque nas narrativas analisadas esteve em culpabilizar esta mãe, não só factualmente, ao ligá-la ao crime em todas as oportunidades que o termo 'mãe' ou o nome de ambas as figuras maternas foi mencionado, mas ao condená-las socialmente, culturalmente utilizando-a como reafirmação de quais nuances comportamentais uma mãe não deve ter.

Ou seja, em diversos momentos a narrativa se distancia do fato, do crime em si, e julga exclusivamente a moralidade desta mulher, seu comportamento e seus valores, consolidando neste ser todas as características mais desprezíveis. Essa mulher então despersonalizada, conhecida majoritariamente apenas como 'mãe', é então silenciada (pois não existem pessoas que representem suas voz sinalizadas de forma relevante dentro das narrativas), e massacrada pelas peças jornalísticas que retratam a veracidade dos fatos através da voz da polícia e daqueles que podem vocalizar a opinião pública.

Esse processo pode receber o nome de pânico moral, como o termo inaugurado por Stanley Cohen (1972), pois como destrincham os teóricos McRobbie e Thornton, citados por Sacramento e Santos (2020), esse é um processo onde ocorre a reprodução de consenso e hegemonia, que para ser inteligível ao senso comum se mobiliza uma estrutura de ansiedade profunda, buscando a manutenção da ordem social. Em outras palavras, podemos concluir que essa 'mãe' é representada através de tamanha monstruosidade e perversidade para também auxiliar na manutenção do estereótipo da mãe que cuida, ama e é submissa ao papel doméstico.

Portanto, concluímos que o jornalismo se materializa como uma importante ferramenta de manutenção das representações e estereótipos sociais construídos e conservados ao longo de toda a trajetória humana. No objeto de análise, por exemplo, em muitos momentos, as prerrogativas jornalísticas centrais são deixadas de lado em prol da construção de uma mãe-monstro. Ilustrando o processo já descrito ao longo desse trabalho, de que a maternidade se consolidou como um poderoso instrumento de opressão feminina através do Movimento Higienista e do Mito do Amor Materno, ilustrado por Elisabeth Badinter.

A análise das narrativas nos permitiu conhecer um jornalismo que dá espaço para a manutenção de estereótipos e que endossa a voz dos que julgam sem materialidade. Percebemos que a mãe foi responsabilizada socialmente, transcendendo os limites do fato. As narrativas tendenciosas construíram mulheres perigosas, sem voz e destituídas de direitos. Esse processo relacional ocorreu através do enquadramento das narrativas jornalísticas, da reprodução de estereótipos, e da consolidação através do poder simbólico e do pânico moral, desta mãe midiática.

Vale ressaltar que o presente trabalho foi estruturado baseando-se na história ampla da mulher, que conseqüentemente, acaba narrando somente a trajetória das mulheres brancas e de classe média/alta na sociedade. Além de ser uma monografia baseada, teoricamente, em grandes clássicos do jornalismo e das ciências sociais. O trabalho conta também com sintética definição sobre o crime de filicídio, campo de pesquisa de extrema relevância que não pode ser melhor explorado pelos limites de tempo e espaço. Portanto, o tópico não se esgota no presente trabalho. Buscamos, sim, fomentar novos debates que partam destas páginas.

7 - REFERÊNCIAS:

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. 352 p.

ALVES, Amália Cardoso. **A construção social do papel da mulher**. Revista Científica da Faculdade Atenas: Juri 2012, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p.1-1, Jun, 2012. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJURI2012/1A>. Acesso em: 20 jun. 2022

ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, [S.L.], n. 117, p. 127-147, nov. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742002000300007>.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. 372 p.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida - volume 2**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações S.A., 2019. 560 p.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. 240 p.

COLLING, Ana Maria. **TEMPOS DIFERENTES, DISCURSOS IGUAIS: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Ufgd, 2011. 114 p. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2648/1/tempos-diferentes-discursos-iguais-a-construcao-historica-do-corpo-feminino-ana-maria-colling-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados**. Revista Famecos, [S.L.], v. 9, n. 17, p. 88, 10 abr. 2008. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2002.17.3154>.

COMUNICAÇÃO E CULTURA DAS MINORIAS, 13., 2001, Campo Grande. **A representação da mulher na imprensa feminina**. Campo Grande: Intercom, 2001. 9 p. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/76117924067847604001724126627046238.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **SER MULHER: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS ATRIBUIÇÕES FEMININAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA**. Brasília: Cbas, 2019. 10 p. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1134/1111>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **A Espiral do Silêncio e as Representações Sociais: Os Meios de Comunicação, a Legitimação e a Naturalização**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. 14 p. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1788-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **A representação da mulher na imprensa feminina segundo os estudos de gênero**. Curitiba: Intercom, 2017. 15 p. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0382-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; MENEZES, Nayara Ruben Calaça di. **As Representações Sociais da Maternidade e o Mito do Amor Materno**. Perspectivas em Psicologia, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 199-224, jan./jun. 2021. Semestral. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/download/56484/33186>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Filho, J. F. (2009). **Mídia, estereótipo e representação das minorias**. Revista Eco-Pós, 7(2). <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v7i2.1120>

FREIRE, Maria Martha de Luna. **'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [S.L.], v. 15, n. , p. 153-171, 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702008000500008>.

FRIEDMAN, Betty. **A Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. 560 p.

G1 RS, JANAÍNA LOPES. Porto Alegre, 04 ago. 2021. **'Sentimento de impotência', diz pai de menino morto pela mãe em Imbé**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/08/04/sentimento-de-impotencia-diz-pai-de-menino-morto-pela-mae-em-imbe.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: (para uma Teoria Marxista do Jornalismo)**. 1987. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Ufsc, Santa Catarina, 1987.

GAUCHAZH. **Femicídios deixaram 129 órfãos de mãe em 2021 no RS: das 96 mulheres assassinadas em contexto de gênero no estado, 63 tinham filhos. Das 96 mulheres assassinadas em contexto de gênero no Estado, 63 tinham filhos**. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2022/03/femicidios-deixaram-129-orfaos-de-mae-em-2021-no-rs-cl0h6mzn3007j0165o7g227kv.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

HEINE, Palmira. **CORPO E DISCURSIVIZAÇÃO DA MULHER NA REVISTA JORNAL DAS MOÇAS DA DÉCADA DE 50**. Revista Eletrônica de Estudos do Discurso do Corpo, Bahia,

v. 8, n. 2, p. 62-72, jan./dez. 2015. Anual. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2550/2109>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LERNER, Gerda. **A CRIAÇÃO DA PATRIARCADO: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2019. 375 p.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 353 p.

MEDITSCH, E. B. V. **O Conhecimento do Jornalismo**. 1. ed. Florianópolis ; ed.UFSC, 1992. 100 p

MENDONÇA, Maria Collier de. **Grávidas, mães e a comunicação publicitária: uma análise semiótica das representações da gravidez e maternidade na publicidade contemporânea de mídia impressa**. 2010. 112 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Puc-Sp, São Paulo, 2020.

MOLARI, Beatriz. **A mulher na mídia: a relação entre violência simbólica de gênero e o mito da beleza no contexto da responsabilidade simbólica**. V Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Londrina, v. 5, n. 1, p. 263-274, jan./dez. 2018. Anual. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1031/917>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga; COSTA, Gustavo Borges; LIMA, Jorge Augusto. **Notícia e construção de sentidos : análise da narrativa jornalística**. Intercom, v. 27, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewArticle/1067>. Acesso em: 20 jun. 2022

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. Cap. 3. p. 143-167.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A ESPIRAL DO SILÊNCIO: opinião pública: nosso tecido social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017. 343 p.

PAULINO, Daniele Meira de Pinho Rodrigues. **SER MULHER: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS ATRIBUIÇÕES FEMININAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA**. Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais, Brasília, v. 16, n. 1, p. 1-10, out./nov. 2019. Anua

RBS TV, ALFREDO PEREIRA E JONAS CAMPOS. Porto Alegre, 30 jul. 2021. **Mulher é presa suspeita de matar filho e jogar corpo no rio em Imbé**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/07/30/mulher-e-presa-suspeita-de-matar-filho-e-jogar-corpo-no-rio-em-imbe.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RBS TV, JONAS CAMPOS. Porto Alegre, 01 jun. 2020. **Menino morto em Planalto descreve mãe como 'maravilhosa' em trabalho escolar**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/06/01/menino-morto-em-planalto-descreve-mae-como-maravilhosa-em-trabalho-escolar.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

REINHOLZ, Fabiana. **Violência contra a mulher: Dados refletem o desmonte das políticas públicas de enfrentamento: casos de feminicídio subiram 21% em 2021, pesquisa do tj aponta que a maioria é cometida por companheiros e ex**. Casos de feminicídio subiram 21% em 2021, pesquisa do TJ aponta que a maioria é cometida por companheiros e ex. 2022. BRASIL DE FATO. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/02/11/violencia-contra-a-mulher-dados-refletem-o-desmonte-das-politicas-publicas-de-enfrentamento>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RESENDE, D. K. **MATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 175 - 191, 5 jun. 2017.

RESENDE, Deborah Kopke. **MATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL**. Pretextos, Minas Gerais, v. 27-12, n. 4, p. 175-190, jul./dez. 2017. Semestral.

RS. G1. Porto Alegre, 11 fev. 2022. **Mãe e companheira vão a julgamento por tortura, morte e ocultação de cadáver de menino de 7 anos em Imbé**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/02/11/mae-e-companheira-vao-a-julgamento-por-tortura-morte-e-ocultacao-de-cadaver-de-menino-de-7-anos-em-imbe.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2022

RS, G1. **Feminicídios sobem 35% no primeiro trimestre de 2022 e RS vê reverter queda do último ano: dados da secretaria de segurança pública do rs indicam oito crimes por violência de gênero no estado em março, cinco a mais do que os três registrados no mesmo mês de**

2021.. Dados da Secretaria de Segurança Pública do RS indicam oito crimes por violência de gênero no estado em março, cinco a mais do que os três registrados no mesmo mês de 2021.. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/04/15/feminicidios-sobem-35percent-no-primeiro-trimestre-de-2022-e-rs-ve-reverter-queda-do-ultimo-ano.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RS. G1. Porto Alegre, 12 ago. 2021. **Sangue encontrado em camiseta e corrente é de menino morto pela mãe em Imbé, diz perícia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/08/12/sangue-encontrado-em-camiseta-e-corrente-e-de-menino-morto-pela-mae-em-imbe-diz-pericia.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SACRAMENTO, Igor; SANTOS, Allan. **A revisão da noção de pânico moral nos Estudos Culturais: hegemonia, cultura midiática e representação.** Dossiê Comunicação e Estudos Culturais, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2020. Semestras.

SANTOS, Geovane Tavares dos; DIAS, José Manuel de Barros. **Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica.** Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap, Macapá, v. 1, n. 8, p. 173-187, jan./jun. 2015. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1416>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SILVA, Poliana Moreira. **MOVIMENTO HIGIENISTA: CONSTRUÇÃO DA FIGURA FEMININA.** 2017. 36 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

THORMANN, Raquel Müller. **A representação da mulher no jornalismo: uma análise comparativa entre Brasil e Portugal.** 2020. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130222/2/429948.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TV, G1 RS e RBS. Porto Alegre, 02 ago. 2021. **Vídeo divulgado pela polícia mostra conversa entre companheira da mãe e menino morto em Imbé.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/08/02/video-divulgado-pela-policia-mostra-conversa-entre-madrasta-e-menino-morto-em-imbe-mae-esta-presa-por-suspeita-do-crime.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TV, G1 RS e RBS. Porto Alegre, 02 jul. 2020. **Mãe que confessou matar filho em Planalto é indiciada por homicídio triplamente qualificado, diz polícia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/02/mae-que-confessou-matar-filho-em-planalto-e-indiciada-por-homicidio-triplamente-qualificado-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TV, G1 RS e RBS. Porto Alegre, 25 maio de 2020 , **'Só queremos ele de volta', diz mãe de menino que desapareceu há 10 dias em Planalto; investigação segue sem pistas.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/05/25/so-queremos-ele-de-volta-diz-mae-de-menino-que-desapareceu-ha-10-dias-em-planalto-investigacao-segue-sem-pistas.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022

TV, G1 RS e RBS. Porto Alegre, 25 maio de 2020. **Encontrado corpo de menino desaparecido havia 10 dias no RS; mãe confessou o crime à polícia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/05/25/encontrado-corpo-de-menino-desaparecido-ha-10-dias-em-planalto-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TV, G1 RS e RBS. Porto Alegre, 26 maio de 2020. **Após mãe dizer que deu remédio, laudo aponta estrangulamento em morte de menino de 11 anos em Planalto.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/05/26/apos-mae-confessar-crime-laudo-do-igp-aponta-estrangulamento-em-morte-de-menino-de-11-anos-em-planalto.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ULIANA, Márcia Bortoli. **Páginas de Revista: A construção de uma "nova" mulher.** Espaço Plural, Marcelo Cândido Rondon, v. , n. 15, p. 32-35, jul./dez. 2006. Semestral. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944366009.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

VEJA, Revista. **Brasil chega ao século XXI com padrão de país desenvolvido** Leia mais em:<https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-chega-ao-seculo-xxi-com-padrao-de-pais-desenvolvido/>.Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-chega-ao-seculo-xxi-com-padrao-de-pais-desenvolvido/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

WACC. **Global Media Monitoring Project: national report - brasil. National Report - Brasil.** 2020. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

WOLF, Naomi. **O MITO DA BELEZA: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 490 p.